



Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
Monografia Acadêmica
RA 20164682

Paula Laboissière e Cunha
Orientador: Roberto Seabra

A prática jornalística sob a ótica de ONGs ligadas à infância e à adolescência

Um estudo de caso sobre o trabalho de jornalismo desenvolvido pela
ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)

BRASÍLIA

2005



Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
Monografia Acadêmica
RA 20164682

Paula Laboissière e Cunha
Orientador: Roberto Seabra

A prática jornalística sob a ótica de ONGs ligadas à infância e à adolescência

Um estudo de caso sobre o trabalho de jornalismo desenvolvido pela
ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de Comunicação Social do
Centro Universitário de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação
Social, habilitação em Jornalismo. Orientador: Roberto Seabra

BRASÍLIA

2005

Agradecimentos

Agradeço a todos os funcionários da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, pelo tempo a mim dedicado e pela receptividade e comprometimento com o auxílio na pesquisa.

Agradeço aos profissionais agraciados com o prêmio Jornalista Amigo da Criança, que com grande esforço, encontraram tempo e disposição para participarem de entrevistas que se mostraram valiosos instrumentos para a confecção do estudo.

Agradeço aos meus pais, amigos e namorado, pela compreensão, paciência e solidariedade durante todo o período de elaboração deste trabalho final.

Agradeço, não menos, ao professor Roberto Seabra, por se tornar, no decorrer do tempo, uma peça fundamental no direcionamento das primeiras linhas e um amigo de grande disponibilidade durante todo o processo.

Agradeço, por fim, a Deus, por se fazer presente junto a mim e aos que tomaram parte neste estudo, durante todas as etapas de elaboração e conclusão desta pesquisa.

Sumário

INTRODUÇÃO	06
METODOLOGIA	08
CAPÍTULO 01: CONCEITUAL E HISTÓRICO	11
1. Mídia radical no Brasil	11
2. Compromisso <i>versus</i> engajamento	13
3. O jornalismo ambiental abre portas	14
4. A mídia e a cidadania	15
5. Um jornalismo “cidadão”	17
6. Estado em reforma e infância na pauta	19
CAPÍTULO 02: O RETRATO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL ..	21
1. Do caos ao princípio de uma futura organização	21
2. Anos 90: Princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente	23
3. A reestruturação de um Estado para crianças e adolescentes	24
4. A instalação das ONGs como participação da sociedade civil	25
5. A ANDI como atuante direta no processo de instauração da cidadania infantil	26
6. A situação da criança e do adolescente no Brasil atual	27
CAPÍTULO 03: A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI)	31
1. Apresentação	31

2. Princípios norteadores	32
3. Ações junto aos comunicadores	32
4. Ações junto às fontes de informação	34
5. Ações junto às universidades	34
6. Acompanhamento da produção editorial	35
7. Editoria de mídia infanto-juvenil	36
8. A ANDI e as atividades de mobilização virtual	36
9. Rede ANDI – Brasil e Rede ANDI – América Latina	37
CAPÍTULO 04: OS JORNALISTAS AMIGOS DA CRIANÇA	40
1. Apresentação	40
2. O Projeto Jornalista Amigo da Criança	46
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO I	57
ANEXO II	61

Introdução

O jornalista, inserido em um contexto de redações enxutas e impossibilitado de realizar reportagens especiais, tende a receber informações por meio de *releases* que passam, antes de tudo, por um filtro das fontes de informação. Os profissionais que trabalham assuntos relacionados à infância e à adolescência, por exemplo, inúmeras vezes não chegam a conhecer, de maneira propriamente dita, as crianças e os adolescentes a serem pautados.

O texto jornalístico, trabalhado de tal maneira, teria menos poder de persuasão sob o leitor? Se a aproximação do jornalista com o fator social em questão – a criança e o adolescente – fosse maior, a capacidade de superação dos obstáculos sociais por meio de um jornalismo socialmente engajado poderia ser mais eficaz? Tais questionamentos aparecem como pontos de partida para um estudo mais aprofundado sobre as práticas que envolvem um jornalismo que aqui iremos conceber como “jornalismo social”, mas muitas vezes reconhecido como jornalismo cidadão, cívico ou mesmo jornalismo público.

O tema a ser tratado nesta pesquisa refere-se, portanto, à prática jornalística de ONGs ligadas à infância e à adolescência. Como objeto de estudo optamos pelo trabalho desempenhado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e seus associados – a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundabrinq) e o Instituto Ayrton Senna (IAS).

Um dos assuntos de grande relevância na abordagem do tema é o *Projeto Jornalista Amigo da Criança*. Na realidade, o foco maior desta pesquisa está nos próprios agraciados pela premiação. Afinal, a suposição a que chegamos é a de que os prêmios para jornalistas, de maneira geral, operam como um incentivo aos profissionais, reconhecendo o trabalho que por muitas vezes não é reconhecido dentro das próprias redações e de outros ambientes de trabalho.

Diante de tais prêmios, os jornalistas assumiriam, de forma propriamente dita, a condição de agentes transformadores da realidade. A possibilidade de trocas de experiência

– encontros nacionais, *workshops* – desenvolvida pela ANDI contribuiria, portanto, para minimizar a solidão sentida pelo jornalista que batalha pela inclusão de pautas sociais, criando estratégias e táticas para que tais pautas sejam aprovadas.

O que procuramos fazer no decorrer desta pesquisa é analisar as relações estabelecidas entre os profissionais da imprensa e a ONG em questão. Apontar o conflito e as convergências encontrados no processo. Analisar valores, discursos, práticas dos personagens envolvidos na produção de notícias sobre a promoção e a defesa dos direitos da infância e da adolescência. E por fim, observar as conseqüências deste processo para o tipo de produção jornalística resultante – o jornalismo social.

A confecção de matérias sociais exige, por muitas vezes, apuração de campo. A solução seria, portanto, que as redações investissem em matérias especiais, de peso, permanecendo com o factual na medida do possível. A lógica da relevância das ações sociais – caracterizada como um critério jornalístico – não deveria ceder lugar a um critério quantitativo e meramente mercadológico.

O estudo que se segue consta de quatro capítulos. O primeiro consiste em uma narrativa histórica e conceitual da prática do jornalismo social no Brasil – desde os seus antecessores, passando pelo surgimento da prática até a atualidade. A segunda abordagem inclui uma análise detalhada da situação da criança e do adolescente no país nas últimas décadas. Em seguida, o terceiro capítulo engloba uma nova análise, mas desta vez, da ONG responsável por desenvolver mecanismos ativos sobre o jornalismo social – a ANDI. A quarta e última abordagem consiste em um espaço dedicado aos depoimentos de profissionais intitulados Jornalistas Amigos da Criança sobre as controvérsias acerca da premiação e, ainda, sobre a própria instituição premiadora.

Metodologia

Na tentativa de se atingir uma familiaridade com o objeto, tornando-o mais transparente, foi realizada uma pesquisa exploratória, com o objetivo principal de aprimorar idéias já propostas e comprovar ou derrubar intuições. Por caracterizar-se como um planejamento bastante flexível, a pesquisa exploratória assumiu a forma de estudo de campo.

Inicialmente, encontrava-se incerto o delineamento a ser adotado na pesquisa, pois grandes são as semelhanças entre levantamento e estudo de campo. Entretanto, a escolha pelo estudo de campo deve-se ao fato de possuir este maior profundidade no que está sendo analisado. Como não há grandes preocupações com precisões estatísticas – por não se tratar de uma análise quantitativa – decidi-me por aprofundar nas questões propostas do que na distribuição das características do grupo segundo determinadas variáveis.

“O processo de investigação qualitativo, como o diagnóstico de qualquer outro tipo de construção qualitativa, é um processo dinâmico que se expressa dentro de uma progressiva continuidade que não se esgota em nenhuma de suas formas de expressão: implica os próprios sujeitos que se relacionam neste processo, dando lugar a uma situação de comunicação, em cujo curso podem aparecer indicadores relevantes para a construção do conhecimento em qualquer dos momentos concretos do processo de investigação”. (THUMS, *Apud* GONZÁLEZ REY, 2000, p. 167)

A comunidade focada é a dos jornalistas sociais, com especial atenção aos jornalistas que se enquadram no *Projeto Jornalista Amigo da Criança*. A pesquisa foi desenvolvida por meio da observação direta e de relatos das atividades e das produções pertencentes ao grupo em questão, além de visitas freqüentes à sede da ANDI em Brasília. Quanto à observação direta, esta assumiu uma forma assistemática, caracterizada por Jorge Thums (2000) como observação “que consiste na execução espontânea, informal, ordinária,

simples, livre, ocasional, acidental, do fenômeno que se deseja estudar, conhecer, explorar” (IDEM, 2000, p. 166).

Foi cedido um importante espaço para entrevistas com informantes, para captação de explicações e de interpretações do problema a ser trabalhado. A finalidade das entrevistas é bem representada por Jorge Thums no ato de “obter a informação de forma direta junto ao investigado, através do processo de diálogo”. Como característica do próprio estudo de campo, a maior parte do trabalho foi realizada pelo pesquisador pessoalmente, dada a importância da experiência direta com a situação em estudo. Outros contatos foram realizados por telefone ou pela rede – muitos jornalistas premiados possuem trabalho e residência em outros estados brasileiros. Apesar das distâncias geográficas, a relação estabelecida entre pesquisador e entrevistados mostrou-se inesperadamente próxima e marcante, o que possibilitou que os resultados sejam os mais fidedignos possíveis em relação ao tema escolhido.

A coleta de dados deu-se de maneira simplificada, por não serem necessários equipamentos especiais para que o trabalho de campo fosse realizado. A grande participação do pesquisador no ambiente de trabalho dos jornalistas sociais e, portanto, na realidade a ser estudada, torna maior a probabilidade de que os sujeitos em questão oferecessem respostas mais confiáveis e, conseqüentemente, melhores resultados para o estudo.

Como ponto de partida, foi realizada uma exploração preliminar da situação a ser analisada. Em seguida, já com os objetivos claramente especificados, foi feita a seleção dos informantes que integrariam a pesquisa. Também foram definidas quais as estratégias que melhor se enquadrariam para uma execução correta da coleta de dados.

Dentre os aspectos de maior importância abordados nesta pesquisa de campo destaca-se a própria estrutura social em questão – o jornalismo social com destaque para o trabalho desempenhado pela ANDI – além de um grupo específico de jornalistas – jornalistas premiados pelo *Projeto Jornalista Amigo da Criança*.

As entrevistas assumiram uma forma aberta, o que possibilitou ao entrevistado em questão ficar à vontade para responder às perguntas com sugestões, críticas e questionamentos – o que poderia não acontecer no caso de uma entrevista com perguntas fechadas. Com o objetivo de atingir um certo grau de dinamismo, as entrevistas, muitas

vezes, foram “expandidas”, de acordo com as respostas anteriormente cedidas, caracterizando a possibilidade de reformulação das perguntas quando necessário. Tal tipo de entrevista adequa-se ao que Jorge Thums refere-se como entrevista semi-estruturada. “A entrevista semi-estruturada tem algumas vantagens pela organização dos temas e da possibilidade de intervenção do pesquisador” (IDEM, 2000, 167).

Quanto à análise dos dados, o procedimento adotado, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi o da análise de conteúdo.

O primeiro passo, já dentro da análise de dados, foi o de seleção. O material originalmente recolhido passou por um processo de simplificação, de abstração e de conseqüente adaptação para que fossem melhor inseridos no estudo.

Em seguida, foi feita a categorização dos dados, ou ainda, a organização destes para que o pesquisador pudesse tomar futuras decisões e possíveis conclusões da pesquisa em andamento. Novamente, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as tabelas quantitativas deram lugar a textos narrativos e esquemas.

Por fim, com o objetivo de acrescentar informações ao questionamento estabelecido – o poder de persuasão dos materiais publicados por jornalistas sociais relacionados à ANDI – procurou-se ultrapassar o estágio de mera descrição dos fatos recolhidos. Ultrapassando a exposição dos dados, foram tentadas possíveis explicações, configurações de causa e efeito, dentre outros, à respeito do tema. Por esta razão, ocorreram constantes retomadas não somente às anotações de campo, mas ao próprio campo – a sede da ANDI.

Capítulo 01: Conceitual e histórico

Mídia radical no Brasil

O papel concebido à mídia na atualidade dificilmente passa imperceptível na vida em sociedade. Os meios de comunicação – jornais, revistas, televisão, rádio, internet e outros – exercem um poder de presença único na vida de cada indivíduo. Ao analisarmos até mesmo nossas próprias vidas, por pouco não chegamos à conclusão de que a mídia funciona como uma espécie de “necessidade indispensável”.

Tal concepção nos leva a analisar mais a fundo o papel central da chamada grande mídia ou mídia comercial na sociedade. John D. H. Downing (2002) conceitua este papel como o de mídia veiculadora de valores, de prioridades e de perspectivas hegemônicas. O destaque de real importância no conceito estaria na última palavra. E é exatamente diante de um contexto de hegemonia que o autor desenvolve o que acredita ser mídia radical. Uma alternativa utilizada por grupos de oposição¹ com o objetivo único de concretizar transformações sociais.

No que se refere ao estudo dos meios de comunicação, nós – alunos, professores, estudiosos, instituições – tendemos a enxergar as mídias como órgãos controlados por poderosos da alta classe e estreitamente comprometidos com os interesses do capitalismo global. Apesar de aparentemente condizente com a realidade em que se vive, o conceito não engloba todos os casos. Pelo contrário, e como já anteriormente citado, trabalha apenas as expressões hegemônicas da mídia num contexto industrial, uma observação que não deve ser esquecida. Formas alternativas e muitas vezes autônomas da prática comunicacional permanecem pouco estudadas e, portanto, pouco conhecidas (MACHADO, 2002, p. 09).

Downing trabalha o conceito de mídia radical tomando como base a prática de sujeitos sociais impulsionados por projetos de intervenção crítica. Sujeitos com expressões alternativas às políticas dominantes e, obviamente, fora das expressões industriais hegemônicas. A mídia radical é apresentada pelo autor, na realidade, como um “ramo” da mídia que ultrapassa os limites de expressão da sociedade. Uma espécie de facilitadora da

¹ Conceito utilizado por John D. H. Downing para designar mídia radical.

sociedade, que torna possível que as vozes discordantes e, grande parte das vezes, minoritárias, ganhem espaço e sejam ouvidas. Vozes estas com uma característica única: portadoras de um perceptível impulso de mudança (MACHADO, 2002, p. 10).

Já o cenário construído pela mídia radical na sociedade brasileira parece ter sido pouco desenvolvido:

“É lastimável que, num país com tanta história de apropriação radical de meios e de associação das práticas midiáticas aos movimentos sociais reivindicatórios ou contestadores, o pensamento sobre essas práticas entre nós se encontre ainda em fase de balbucio”. (MACHADO, 2002, p. 10)

Ao se discutir mídia no Brasil, Downing destaca um fato claramente perceptível, bastando que nós, como comunidade de massa, prestemos apenas um pouco mais de atenção. Na realidade brasileira, são as próprias mídias hegemônicas que “oferecem” os temas a serem discutidos pelo público. O verbo aparece entre aspas para que fique registrada a sutileza de um processo quase que de imposição, que parece não deixar espaço para outro mecanismo de trabalho. Entretanto, um ponto a ser colocado e inclusive destacado por Downing é o de que não há mal nenhum em defender o que nos é de interesse próprio, como o que é feito pela mídia. O problema real está na incapacidade de colocarmos nossos próprios temas em discussão, restringindo-nos apenas aos debates desencadeados pela mídia comercial:

“A avalanche de discursos sobre temas oficialmente impostos de cima traz como consequência inevitável a redundância, desperdício de energia e certo bitolamento da discussão, que fica impedida de apontar para outras experiências, possivelmente mais luminosas”. (MACHADO, 2002, p. 11)

Um exemplo clássico do controle das mídias hegemônicas sobre os debates pode ser facilmente registrado no “complexo” contexto dos *reality shows*. Em 2005, a Rede Globo de Televisão transmite a quinta edição do programa *Big Brother Brasil* – versão brasileira do original holandês. Seja nas simplórias mesas de jantar em família seja nos debates universitários durante as aclamadas aulas de ética, o tema nacional para discussão se restringe em torno de “quem foi mandado para o paredão”. O assunto parece se alastrar de

norte a sul do país, alcançado todas as residências que possuem sinal de TV aberta. Ainda mais interessante é a satisfação incorporada pelo indivíduo ao discursar sobre o assunto, colocar o colega em dia com as notícias da “casa” e, portanto, não se sentir excluído do tema que pára o país.

Como consequência do processo, Arlindo Machado (DOWNING, 2002, p. 12) aponta o fenômeno da “ibopização” dos debates brasileiros. As pessoas partem do pressuposto de que só vale a pena falar do que os outros já estão falando, ou ainda, só vale a pena ver o que já está sendo visto. Machado volta ao conceito até mesmo com uma nova alternativa: a Ditadura do Ibope:

“A impressão que se tem é a de que em breve nada mais poderá ser abordado entre nós se não tiver obtido pelo menos 20 pontos percentuais no Ibope, ou atingido uma tiragem de pelos menos 500 mil exemplares”. (MACHADO, 2002, p. 12)

Compromisso *versus* engajamento

Ao tratar do papel profissional do bom jornalista é comum que se chegue a duas concepções distintas. Michael Kunczik (2001, p. 97) trabalha claramente tais idéias. A primeira se refere ao jornalismo da objetividade e da neutralidade, devidamente distanciado dos eventos dos quais trata. Já a segunda concepção aparece como o jornalismo ativamente comprometido, uma prática jornalística socialmente engajada e, inclusive, responsável por promover causas.

Kunczik conceitua as duas definições como contraditórias. Entretanto, o ato de conciliar o comprometimento com as boas causas à objetividade e à neutralidade, apesar de árdua, é uma tarefa possível a qualquer profissional dedicado. Seja aos critérios jornalísticos, seja ao dever de cidadão. É o que o próprio estudioso demonstra ao discursar sobre a possibilidade de que ambas as idéias podem ser trabalhadas em único jornalista – um profissional comprometido com a reportagem neutra e objetiva e igualmente comprometido com a obrigação social. Em um novo “pequeno embate” com o autor, Kunczik deixa claro que o comprometimento maior – ao contrário do que acredito ser – deve estar apenas na neutralidade e na objetividade. “A síntese, porém, não deve dar o

mesmo peso aos dois elementos, mas antes pôr a ênfase no *gatekeeping* (seleção de notícias)” (DOWNING, p. 97). A face do jornalismo engajado assumiria, portanto, um papel secundário.

Em um contexto em que a maioria acredita ser possível adotar apenas uma das duas condutas apresentadas, o jornalista apresentado por Kunczik como “defensor” é concebido como o suporte para grupos socialmente abandonados, incapazes de representar seus próprios interesses. Esta opção de prática jornalística representaria, portanto, uma tentativa de mudar a estrutura social na qual se vive.

E é justamente neste caminho a ser seguido que Kunczik entra com uma valiosa observação: a de que é dever de qualquer profissional, inclusive do que se encontra engajado às causas sociais, atentar-se para não se desprender da neutralidade e da objetividade, princípios tidos como básicos em um jornalismo autêntico. Trabalhar fatos e eventos por identificar-se com os valores do público e esquivar-se da verdade fundamental acerca do assunto não é indicado como a melhor prática jornalística. Segundo Kunczik (2001) tal atitude pode levar até mesmo à auto legitimação, onde o jornalista não trabalha certas informações simplesmente por não considerá-las proveitosas ao público.

O jornalismo ambiental abre portas

Nos últimos 30 anos, a imprensa brasileira pode acompanhar o agravamento dos problemas causados pela urbanização exagerada no país. Já no início dos anos 70, a questão ambiental era abordada por um número considerável de veículos de comunicação brasileiros. E é justamente o jornalismo ambiental que daria o ponta-pé inicial para a área que hoje conhecemos como jornalismo social – ou jornalismo de direitos humanos, jornalismo cidadão, jornalismo público (este, dependendo da contextualização). Práticas jornalísticas que parecem vir para dar uma certa continuidade ao que foi inicialmente trabalhado pela “fundadora” mídia radical.

O primeiro veículo a se destacar no campo do ambientalismo no Brasil foi o *Jornal da Tarde*, com a cobertura do jornalista Randau Marques, na década de 70. Na classificação anteriormente citada de jornalismo descompromissado e jornalismo socialmente engajado, Marques aparece como um defensor ativo da causa ecológica. Já em 1989, o jornalista

participou do Seminário sobre População e Meio Ambiente, realizado em Brasília pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj). O evento aconteceu exatos três anos antes do que viria a ser o marco na concretização do jornalismo ambiental na pauta de veículos brasileiros.

A ECO 92 é tida atualmente como o maior evento realizado pela ONU sobre o assunto, no período pós-guerra. Em 1998, surge a primeira Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, formada por mais de 270 profissionais especializados ou com interesse no tema, todos atuantes em veículos distribuídos nas principais cidades do país.

Atualmente, o tema “meio ambiente” é tido como pauta nos veículos de tempos em tempos. Carlos Tautz (2004) destaca, entretanto, que o espaço ocupado pelo tema e a abordagem conferida ao mesmo não parecem apropriados. As reportagens publicadas aparecem como resultado do interesse ou da curiosidade de certos jornalistas, e não por decisões de chefias dos meios de comunicação. O autor destaca, inclusive, que o a cobertura ambiental acontece apenas com grandes tragédias. Voltamos, assim, às premissas do jornalismo hegemônico industrial anteriormente citado, onde a necessidade de um jornalismo que deixe de tratar a informação como espetáculo permanece.

Tautz faz referência a um “jornalismo para o desenvolvimento”. O que se procura alcançar por meio do modelo são os valores éticos, humanos e sociais, por muitas vezes, perdidos:

“Algo que difira radicalmente do tipo hegemônico de jornalismo que se pratica neste país, em que a agenda de interesses privados sobrepõe às demandas sociais”. (TAUTZ, 2004, p. 150)

A mídia e a cidadania

Após o fim do regime militar (1964-1985), a imprensa brasileira assumiu um novo papel. Passou a ser vista como um dos personagens centrais na construção da cidadania num país até então marcado pela censura escancarada. O marco no final dos anos 80 seria justamente a nova tentativa de democratização do país.

A Constituição de 1988 foi concebida como símbolo da transição. Na época, o então presidente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, chegou a ser referir por várias

vezes ao documento como a “Constituição cidadã”. A idéia era enterrar um passado que feriu direitos civis e políticos, entre outros, e investir no tão esperado regime democrático.

A idéia de execução dos direitos de cada cidadão sem o acesso às informações é algo improvável de ser realizado. Afinal, uma das funções atribuídas à imprensa é a de dar visibilidade à coisa pública. A visibilidade é, portanto, uma condição essencial para a democracia.

É provável que tenha sido justamente esta a razão pela qual os primeiros procedimentos adotados por regimes militares – inclusive o brasileiro – estejam ligados à censura dos meios de comunicação. O ato de censurar, declaradamente, mídias consideradas de direito do povo nos parece algo distante da atual realidade na qual vivemos.

É por meio da imprensa, portanto, que a possibilidade de se libertar de qualquer forma de opressão torna-se real. É a informação provida pela mídia que engrandece o conhecimento do cidadão e, assim, torna possível o encontro com a democracia.

Atualmente, a cidadania voltou a ser um conceito a ser pensado, conceito este que tem como base central a luta contra a exclusão social encontrada de maneira tão avassaladora em todo o país.

A própria Constituição de 1988, ao conceder direitos a uma parcela da sociedade até então excluída, encontrou, de imediato, problemas para que o caminho para a cidadania fosse, de fato, construído. A começar pelo próprio Poder Judiciário. Mal preparado para atender às novas e crescentes demandas, o órgão colocou em evidência as falhas do sistema diante do novo contexto. A imprensa, por outro lado, passou a ser buscada pela população brasileira como resposta às necessidades não atendidas.

A volta do regime democrático trouxe alterações também na atuação dos jornalistas. O jornalismo brasileiro passou a se basear na idéia de “utilidade social”. O exercício jornalístico passaria, portanto, a servir aos interesses concretos do cidadão. Na prática, a adoção de tal estratégia significaria a inclusão de matérias que respondessem às preocupações da sociedade no que diz respeito ao desemprego, à educação, à saúde, à segurança e outros. Inicia-se, então, o que viria a ser conceituado por diversos autores como a prática do jornalismo para a cidadania.

Um jornalismo “cidadão”

O jornalismo concebido como cidadão surgiu, inicialmente, nos Estados Unidos, nas formas de *public journalism* e *civic journalism*.

O primeiro surgiu como resultado da grande perda de leitores da imprensa escrita para a televisão. Luiz Martins (2002) descreve que, diante do controle do debate público na mídia pelas máquinas partidárias, o *public journalism* aparece na tentativa de se tornar um intérprete dos cidadãos em relação aos problemas existentes na sociedade. Com a pressão exercida pelo *public journalism* no território político norte americano, os representantes do governo foram obrigados a dar mais atenção aos problemas essenciais da população da época. O resultado positivo estendeu a nova prática para a grande imprensa nacional.

Já o *civic journalism* surgiu nos anos 70. Criado por um industrial da área petrolífera – que financiou projetos de jornalismo que destacassem valores democráticos – tal prática jornalística consistia no ato de mobilizar, de dar voz aos cidadãos e aos seus dirigentes. Martins volta a lembrar que, como o cerne de tudo era justamente a democracia, o *civic journalism* era tido como o símbolo do confronto de opiniões, algo que alimentava melhores escolhas e oportunidades para a sociedade. Era, na verdade, a representação direta de uma democracia participativa e direta.

Traduzido de maneira literal, *civic journalism* seria o jornalismo cívico brasileiro. Apesar de pouca literatura específica sobre a prática, o consenso acerca da definição ideal permanece distante. Martins acredita que, na verdade, o sentido que melhor se adequa ao contexto seria o de jornalismo público. Destaca, entretanto, que a definição deve ser utilizada com cautela, pois poderia ser associado tanto a um jornalismo “chapa branca” quanto à constatação básica de que todo e qualquer jornalismo deve ser público. Também poderíamos recorrer ao jornalismo cidadão. Entretanto, Martins destaca que a definição seria incompleta “pois a relação entre mídia e cidadania não tem dependido apenas das iniciativas da comunidade, mas, sobretudo, de empresas e organizações”. Afinal, o *civic journalism*, grande parte das vezes, aparece em projetos de iniciativa privada, e não na chamada mídia comunitária. Consideradas todas as opções e levantados os devidos prós e contras, trabalharemos, portanto, com uma concepção ampla, mas de fácil adequação: o jornalismo social.

Atualmente, a prática do que pode ser caracterizado como jornalismo cidadão, social ou público, é mais contestada. Sobretudo, pelos próprios profissionais ou entendidos da área. Martins lembra que a utilidade pública estabelece uma maior aproximação do jornalista com o público e, portanto, um maior engajamento no trabalho realizado mostra que o exercício jornalístico pode, por muitas vezes, ser confundido com uma função representativa. Tal postura iria de encontro às exigências básicas de um bom profissional do ramo. No jornalismo, defende-se o não-partidarismo, o não-ideologismo, enfim, a não-participação nos acontecimentos a serem narrados.

Entretanto, o que se percebe em grandes redações brasileiras é que os jornalistas se mobilizam na defesa dos pobres, dos excluídos, dos que poderíamos nos referir como não-cidadãos. O apoio aos movimentos ideológicos revolucionários em tentativa de mudar o mundo (defendidos pelo marxismo), não mais desponta como preocupações centrais aos jornalistas.

Martins afirma que a própria televisão, ao se desenvolver como mídia de massa e, portanto, de grande alcance, tornou possível o ato de mobilizar diretamente o interesse do público para a causa humanitária. Os direitos do cidadão vêm para substituir as antigas reivindicações.

O autor destaca ainda que o *civic journalism* apresenta-se de maneira diferenciada de uma simples campanha. Não se resume a um conjunto de reportagens sobre um problema social específico. É, na verdade, a adoção permanente de uma ou de diversas causas públicas por um veículo de comunicação. Carlo Eduardo Lins (Revista Imprensa, janeiro de 1997) cita que “o jornalismo cívico é um elo entre os cidadãos e os problemas da comunidade”.

Um exemplo clássico do que viria a ser *civic journalism* é o trabalho realizado pelo *Correio Braziliense* no “Paz no trânsito”, espaço dedicado à cobertura do tráfego de veículos no Distrito Federal. O veículo adota a mesma postura ao trabalhar o “Eu quero paz”, uma série de reportagens que trabalham a cobertura da violência no DF. Apesar de ambos os quadros serem caracterizados por campanhas – não apenas reportam o trágico mas encorajam a participação da sociedade no combate à violência e na diminuição dos índices de acidentes – o diferencial está, como já citado, na permanência do trabalho. Não são encaradas como simples campanhas com início, meio e fim.

Já o maior de todos os embates diante do *civic journalism* gira em torno do exercício jornalístico da maneira como deve ser feito. Afinal, a visão tradicional do jornalismo (sob forte influência do modelo norte americano) deixa clara qual seria a missão do jornalista: investigar os fatos, noticiá-los e, dar-se por encerrado seu trabalho.

O exemplo do jornal *Correio Braziliense* e de muitos outros veículos, entretanto, revela que existem, sim, jornalistas e veículos de comunicação interessados em ir um pouco mais adiante. Interessados em trabalhar na busca real de soluções, estabelecendo laços diretos com a cidadania e, portanto, com os cidadãos.

Estado em reforma e infância na pauta

Os anos 80 foram marcados, portanto, pela pressão de movimentos sociais, que buscavam a garantia de direitos básicos à sociedade. Diante do cenário, caracterizou-se uma espécie de “pacto social” entre os setores democráticos do país. Os resultados de maior importância foram: a cobrança por um Estado mais democrático, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição de 1988.

Já nos anos 90, o marco central da década foi o enxugamento do Estado. As constantes privatizações, os cortes de gastos públicos e a forte regulamentarização das atividades de organizações não-governamentais são fortes exemplos.

No contexto específico das ONGs, da mesma maneira que o número de instituições aumentou, cresceu também a competitividade entre as instituições na busca por financiamentos, uma vez que organizações não governamentais sobrevivem do financiamento estatal, privado e/ou de organismos internacionais.

“A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento do registro de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de necessidades, o ‘cidadão pobre’”. (MONTAÑO, 2002, p. 22)

A década retratada passa a ser uma era de valorização da ação isolada e individual. Daí a importância conferida à ação voluntária, ao movimento das ONGs. O discurso torna-se bastante claro: cada um que faça a sua parte. A moda, portanto, passou a ser a idéia de “fazer algo social”. Dentre as instituições não-governamentais que aderiram com seriedade à nova concepção de cidadania e que hoje se destacam por um estímulo a um exercício jornalístico cidadão de qualidade citamos a Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), em parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS) e a Fundação Abrinq pelos Direitos da Infância (Fundabrinq).

Capítulo 02: O retrato da criança e do adolescente no Brasil

Anos 80: Do caos ao princípio de uma futura organização

A década de 80 foi substancialmente marcada por diversas mobilizações populares que tiveram como tema central o “social”. Dentre estas, a luta na defesa dos direitos e deveres da infância e adolescência no Brasil merece nossa atenção em particular. Afinal, o lugar de destaque para a referida abordagem caracteriza uma mudança radical em uma sociedade que, até então, parecia não ter conhecimento da existência de milhões de crianças e adolescentes brasileiros desassistidos – que, a partir de tal período, passou a ser fortemente exposta.

Na realidade, podemos inserir o movimento de luta pela infância e adolescência em um também recém-instaurado e ainda mais amplo movimento: o que caracteriza a luta em prol dos direitos humanos como um todo.

O trabalho, diante da situação precária da infância e da adolescência no país, começou por meio de críticas referentes ao tratamento “oferecido” às crianças e adolescentes pelo governo brasileiro – tendo como foco central os inúmeros meninos e meninas de rua. O ato da própria sociedade em reconhecer que a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) mostrava-se claramente incapacitada de promover melhorias e até mesmo prejudicial à infância e à adolescência caracterizou bases concretas para os que buscavam soluções rápidas para o problema em questão.

Mesmo o Código Para Menores – legislação em vigência na época e que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente – chegou a ser apontado por especialistas na área como responsável, juntamente com a PNBEM, pelo descaso e pela crescente violência instalados na vida de crianças e adolescentes pobres no país. Percebemos, portanto, que tanto as leis como a política conferidas aos menores carentes ou delinquentes – denominação própria do Código de Menores e incorporada ao senso comum – apareciam como resquícios do período autoritário vivido anteriormente pelos brasileiros, e portanto, precisavam ser modificados e adaptados à uma sociedade em busca da cidadania.

O Código de Menores sequer considerava crianças e adolescentes sob a proteção do Estado como sujeitos dignos de direitos. A legislação infantil havia sido promulgada quase 60 anos antes – em 1927. Ainda assim, a primeira alteração veio somente em 1979, e devido ao que foi proposto e aprovado, nos parece mais um retrocesso. A modificação fez com que a idade mínima para o trabalho infantil passasse dos 14 para os 12 anos. Uma segunda alteração no Código instituiu ainda a prisão cautelar para menores considerados suspeitos de praticar algum delito. A insatisfação da sociedade parecia, de fato, justificada.

As alterações acabaram por reforçar o caráter repressivo da legislação infantil regente. Crianças e adolescentes brasileiros eram tratados conforme as “leis de controle social da infância”. Desta maneira, a proteção aos menores era trabalhada, equivocadamente, por meio do caráter punitivo, e não do caráter educativo – apesar de ser este último o mencionado nos princípios da PNBEM.

Até mesmo o termo “menor” era colocado em questão. Diversas entidades e profissionais da área acreditavam que a definição aparecia como algo pejorativo. Afinal, o termo caracterizava, de fato, crianças e adolescentes pobres, geralmente negros, e apontados, com o apoio do Código, como perigosos.

Diante da situação exposta, o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua merece especial destaque. A organização – uma das primeiras a conseguirem espaço e atenção pública – ainda hoje atua na busca pelos direitos de crianças e adolescentes brasileiros. A tática consiste em trabalhar a articulação política e a parceria entre pessoas envolvidas. Já o objetivo central é estabelecido no ato de implementar ações políticas que tornem possível a transformação da realidade vivida pela infância no país – de início, nos anos 80, mas também atualmente.

Já a participação da sociedade civil foi registrada, inicialmente, por meio do movimento “A Criança e a Constituinte”. Foi justamente por meio da Comissão Nacional Criança e Constituinte – criada em 1986 – que os textos “Criança e Adolescente” e “Criança Prioridade Nacional” resultaram no que viriam a ser os Artigos 204 e 227 da Constituição – a ser aprovada em 1989. Um dos objetivos do movimento em questão era, inclusive, que a nova Constituição de fato incorporasse os princípios defendidos no que diz respeito à criança e ao adolescente no Brasil. É a partir de Artigos como o que citamos em

seguida que o caminho rumo ao Estatuto da Criança e do Adolescente começa a ser construído:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Artigo 227 da Constituição Brasileira)

Segundo uma publicação feita pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a eficácia dos movimentos sociais em prol do futuro de crianças e adolescentes nos anos 80 se justifica, sobretudo, na articulação de parceiros heterogêneos na luta. O conjunto incluía, entre outros, as duas maiores centrais sindicais do país, a Conferência de Bispos do Brasil, organizações da sociedade civil, organizações de categoriais profissionais e científicas, centros de estudos e pesquisas, ONGs e segmentos importantes do Ministério Público e das Curadorias da Infância e Juventude. O próprio Unicef se fez presente desde o início e em todas as fases seguintes que envolveram os movimentos na década de 80 – mesmo quando estes sequer haviam alcançado visibilidade pública.

Também o destaque para o apoio da mídia no caso da infância e adolescência na mesma década é fundamental de nossa parte. Tal contribuição caracterizou-se, de maneira marcante, pelo trabalho proposto pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), fundada nesse período por jornalistas que aderiram à causa.

Anos 90: Princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado no Brasil em 1990, estabelece, no Artigo 1º, que a legislação se dedica a proteger, integralmente, a criança e o adolescente. Diante de tal argumento, o ECA aparece, na abertura de uma nova década, como um auxílio inovador à luta, por se diferenciar quase que por completo dos preceitos legais que estiveram em vigor até os anos 80.

A proposta da nova legislação para os agora “ex-menores” é a de instituir um modelo inovador de atendimento público aos direitos da infância e adolescência. Destacamos, portanto, os princípios fundamentais que regem o Estatuto:

- Descentralização político-administrativa, em que a formulação de normas gerais cabe à esfera federal e tem reserva de competência suplementar às demais; a coordenação concorrente às esferas federal, estadual e municipal, com preferência desta, em função do princípio operacional da municipalização.
- Participação popular, por meio de organizações sociais representativas, na formulação de políticas públicas e no controle das ações, nos três níveis de governo.
- Articulação política conjunta das ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Priorização absoluta do atendimento às crianças, aos jovens e suas famílias.

A partir da aprovação do ECA, o próximo passo – e infinitamente mais complicado – seria implementá-lo. Todos os sistemas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente no país deveriam, de maneira obrigatória, passar a agir de acordo com os novos princípios estabelecidos – que se sobrepõem ainda com maior vitalidade devido ao Artigo 227 da Constituição brasileira, anteriormente citado. Áreas como a educação, a saúde e a assistência social são as mais atingidas pelas novas políticas do Estatuto.

“Em resumo, o atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil se tornou, efetivamente, uma questão a ser encaminhada para formulação, coordenação, execução e controle das políticas sociais e econômicas enquanto políticas públicas de responsabilidade do governo e sociedade civil.” (UNICEF, 1998, p. 158)

A reestruturação de um Estado para crianças e adolescentes

Diante do contexto exposto – de democratização e de proteção integral à infância – as políticas públicas referentes aos direitos da criança e do adolescente foram fortemente inseridas na política do país. Tal inserção gerou uma reestruturação institucional, uma

verdadeira “reforma da máquina estatal” (UNICEF, 1998). As mudanças eram perceptíveis tanto no que competia ao governo como na própria sociedade civil.

Foram instituídos Conselhos de Direitos e seus Fundos – em níveis federal, estadual e municipal – além de Conselhos Tutelares em diversas cidades do país. O preconceituoso e inválido Sistema FUNABEM/FEBEM – responsável pela Política de Bem-Estar do Menor – foi extinto. Órgãos como o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), juntamente com a Secretaria de Assistência Social (SAS) começaram a funcionar. Delegacias e estruturas especializadas (SSP) também foram implementadas.

Diante da reestruturação, foi registrada uma considerável melhora no atendimento público às crianças e adolescentes brasileiros. O ato de ampliar o acesso aos serviços básicos serviu ainda para uma maior conscientização no que diz respeito aos direitos de cada cidadão – inclusive da infância – e à busca incansável pela tão sonhada cidadania.

A instalação das ONGs como participação da sociedade civil

Após o surgimento dos movimentos sociais na década de 80, estes passaram a incorporar uma variedade ainda maior de sujeitos na década seguinte. Prefeitos, governadores, secretarias municipais e estaduais participaram ativamente de campanhas em prol da infância e adolescência. Um exemplo a ser citado é o programa Prefeito Amigo da Criança. Já no âmbito da sociedade civil, organizações como a CNBB, Pastoral da Criança, OAB, Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Força Sindical, Sociedade Brasileira de Pediatria, Conselho Nacional de Propaganda juntaram forças para, em 1991, criarem o Pacto da Infância.

Já em 1994, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) funcionava com 88 comissões locais no Brasil, além de 3 mil militantes voluntários. Ao todo, cerca de 50 mil crianças e adolescentes eram beneficiados pelo movimento.

Ainda assim, as ações provenientes de ONGs ligadas à infância e à adolescência eram vistas como novidade. Um aspecto registrado durante o período foi a aproximação de diversas entidades de caráter assistencial a tais ONGs (UNICEF, 1998).

Entretanto, a mudança mais significativa se refere, de fato, à participação social efetiva das organizações não-governamentais. Houve uma considerável redução do caráter

político nas ONGs que trabalham a criança e o adolescente. O Unicef aponta como grande responsável por tal redução a entrada de entidades com objetivos mais assistencialistas, ainda que combinados com a “busca da cidadania e justiça social”. E destaca que a redução do caráter política se mostra claramente perceptível também na luta pela implantação e cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – que foi desenvolvida levando em consideração a situação de cada município, chegando a serem registradas, até mesmo, ações localizadas.

A ANDI como atuante direta no processo de instauração da cidadania infantil

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância foi criada em Brasília no ano de 1992. A organização não-governamental se encaixa ao contexto em que vivia o país por meio da missão de “contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e da adolescência” (ANDI, 2003).

A base estabelecida para o trabalho da instituição consiste em estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia. Diante de três eixos estratégicos para o exercício de suas funções – mobilização, análise e qualificação – a ANDI estabeleceu os seguintes princípios ou entendimento que compreendem a instituição (ANDI, 2003):

- Acredita que a democratização e a qualidade da informação são elementos essenciais na construção de consciências e de um estado permanente de mobilização transformadora.
- Compreende que deve favorecer novas abordagens em benefício da promoção do desenvolvimento humano e social a partir da mobilização em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, com foco extensivo às questões de gênero e etnia.
- Reconhece ser fundamental a criação de uma cultura de co-responsabilidade pela qualidade da informação pública como condição estratégica para a inserção da criança e do adolescente como personagens prioritários na agenda nacional de desenvolvimento humano e social.

- Embasa suas posições e práticas na Convenção Internacional dos Direitos da Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A situação da criança e do adolescente no Brasil atual

O Brasil possui, atualmente, 61 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. No decorrer dos anos, assinamos muitos – senão todos – os tratados internacionais referentes aos direitos da infância e adolescência. Contamos com leis internas que garantem tais direitos. Entretanto, duas décadas de luta parecem mostrar poucos resultados.

Um grande mérito a ser recordado é a assinatura brasileira na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, realizada em 1990. Entretanto, a entrega do primeiro relatório oficial – prevista para 2002 e com quase 15 anos de atraso – que analisa a situação atual da infância no país aparece como um forte indício de que o descaso, apesar de menor, permanece.

O Comitê dos Direitos da Criança – órgão das Nações Unidas (ONU) – recebeu em junho de 2004 um documento que destaca grande número de irregularidades nas políticas para crianças e adolescentes brasileiros. O Relatório sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil aponta, sobretudo, problemas como desnutrição, educação deficiente e o estado de abandono da infância. E destaca que o descaso é proveniente do Estado, mas também da sociedade.

Quase duas décadas após o auge dos movimentos sociais em prol do futuro da infância, o Brasil permanece distante de ser uma nação que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Apesar da promulgação do Estatuto, a realidade se mostra carente de ações práticas.

De acordo com o relatório, 23% de crianças e adolescentes – cerca de 14 milhões – têm seus direitos completamente negados. Um milhão de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola; 1,9 milhão permanecem analfabetas; 2,9 milhões – entre 5 e 14 anos – trabalham, a grande maioria como empregadas domésticas ou em lixões espalhados pelo país. O número de crianças e adolescentes que sofrem com a fome permanece alto. O

documento aponta ainda que muitos chegam a usar entorpecentes para enganar o estômago vazio.

O censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a mortalidade infantil no país, apesar da queda nos últimos anos, registra uma média de quase 30 mortes para cada mil crianças nascidas.

O relatório apresentado pelo governo brasileiro às Nações Unidas foi elaborado pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), órgão pertencente ao Estado. É importante considerarmos ainda a grande possibilidade de os números considerados oficiais não estarem de acordo com a atual e real situação da infância no país. O Fórum Nacional Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente confere a importância ao fato de que não houve participação da sociedade civil no processo de elaboração do documento.

Também em 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU) recebeu um novo e amplo relatório. Elaborado, desta vez, por uma rede de organizações não-governamentais, o documento é, no mínimo, preocupante. O alerta seria de que 1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola.

Um estudo realizado pela Rede de Monitoramento Amiga da Criança sugere que, até 2010, o Brasil deve alcançar apenas três das oito metas ratificadas na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança. O evento contou com a participação de outros 188 países. O relatório recebeu o título de Um Brasil para as Crianças – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência. A organização responsável pelo estudo fiscaliza o cumprimento dos compromissos com a infância assumidos pelo Estado.

O documento tem como base dados oficiais referentes ao período de 1990 a 2002. Considera ainda os investimentos que o atual presidente Luis Inácio Lula da Silva planeja realizar na área nos próximos anos de mandato. Como resultado, o estudo aponta que as metas a serem cumpridas são as que estabelecem a redução para 1/3 da mortalidade infantil de crianças de 1 a 5 anos; a redução para também 1/3 dos lares que não possuem saneamento e água potável; e a redução em 50% das crianças em idade escolar que não estão matriculadas. Por fim, o relatório destaca que os investimentos feitos pelo governo – que até 2004 totalizavam R\$ 238,7 bilhões – devem atingir R\$ 429,4 bilhões, valor

calculado como ideal para que as oito metas propostas pela ONU sejam alcançadas até 2010.

Novamente, em setembro de 2004, um novo relatório foi apresentado à ONU pelo governo brasileiro. Destacamos a seguir os principais avanços por parte do Brasil e que constam no documento:

- O Brasil possui legislações avançadas no que se refere aos direitos da criança e do adolescente – a Constituição de 1988 E o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A diminuição da mortalidade infantil e o aumento no número de matrículas no Ensino Fundamental – 97% das crianças entre 7 e 14 matriculadas.
- O Brasil trabalha um conjunto de ações para combater o trabalho infantil – a exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que fornece bolsas de R\$25,00 às famílias que retiram suas crianças do trabalho. Cerca de 930 mil crianças são atendidas pelos projetos atualmente. O relatório cita também programas do governo brasileiro em parceria com a sociedade civil voltados para o combate à exploração sexual infantil.
- Destaque para o programa brasileiro de combate ao HIV/Aids. Por meio de ações de prevenção e da oferta de tratamento gratuito e universal, o Brasil conseguiu reduzir de maneira considerável a infecção entre crianças e adolescentes. O documento cita ainda avanços na área de imunização – campanhas de vacinação contra doenças como a poliomielite e o sarampo foram erradicadas no país.
- Destaque para a rede de agentes que lutam para, na prática, empregar os direitos de crianças e adolescentes. A rede atinge os poderes federal, estadual e municipal, e é formada pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e por Conselhos Tutelares.

Já os principais desafios a serem enfrentados pelo Estado seriam os seguintes:

- Reverter a situação de pobreza na qual se encontram milhões de crianças e adolescentes no país. As famílias mais pobres, grande parte das vezes, são também as que possuem maior número de filhos, com condições precárias de moradia e saneamento. Diante da

situação, as crianças acabam nas ruas, tendendo para o trabalho ou para a exploração sexual.

- A crescente incidência da gravidez precoce entre meninas e o aumento de mortes violentas entre meninos – problemática específica referente aos adolescentes.
- A atual situação de adolescentes em conflito com a lei.
- A situação das crianças negras e indígenas – baixa escolarização e famílias com renda muito baixa.

Em julho deste ano o Brasil comemora os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas em todo o mundo quando o assunto são os direitos da criança e do adolescente. Ainda assim, o relatório elaborado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) alerta: todas as ameaças mundiais à infância estão presentes no Brasil.

Capítulo 03: A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)

Apresentação

Democratizar à infância e à adolescência o acesso aos direitos sociais básicos. A idéia funciona como lema para o trabalho desempenhado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). E seria ainda o segredo que torna possível a igualdade social e o desenvolvimento humano.

“Acreditamos que uma área estratégica para um bom jornalismo social, que cubra a desigualdade e a exclusão, é a criança: ela é impactante em termos de imagem, é provocadora de sentimentos. Quando se cobre a infância, chega-se perto de temas tabus, áridos para a imprensa. A criança é o portal do jornalista para as raízes dos problemas brasileiros”. (Entrevista, Geraldinho Vieira, diretor da ANDI, revista Educação, 2001)

Concebida como uma associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, a organização não-governamental foi fundada em 1992 pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein. Atualmente, a instituição é dirigida por Marcos Fuchs, diretor de planejamento, e Veet Vivarta, diretor editor.

A sede da ANDI em Brasília é um local, no mínimo, modesto. Para os visitantes, de início, parece algo pequeno. Simples. Mas ao final da visita, a ONG mostra ser justamente o oposto – extensa em suas instalações bem como em seu trabalho, e um tanto complexa ao trabalhar as diversas ramificações que levam aos direitos da infância e da adolescência.

Como primeira impressão, a sala onde são recebidos os visitantes parece ser também onde grande parte dos funcionários trabalha. Mas após uma rápida caminhada pelo corredor, são detectadas novas portas, novas vozes, novos barulhos de teclado e de ligações telefônicas. A quantidade de tarefas a serem realizadas diariamente parece não ter fim. Interessante, porém, o clima de boa convivência – e sobretudo bom humor – entre todos os que se colocam à disposição de um projeto audacioso e digno de olhares por parte de toda a

sociedade. No total, são 52 funcionários e estagiários empenhados no serviço às crianças e adolescentes brasileiros.

A missão adotada pela ANDI consiste, de maneira simplificada, em “contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e da adolescência” (ANDI, 2003). O caminho para alcançar uma contribuição considerável é justamente investir no diálogo pró-ativo, profissional e ético entre a sociedade e a mídia.

Já as iniciativas promovidas pela instituição possuem como base três eixos estratégicos – Mobilização, Análise e Qualificação.

Princípios norteadores

A ANDI elegeu como princípios norteadores de suas estratégias e ações os seguintes tópicos (ANDI, 2003):

- Acredita que a democracia e a qualidade da informação são elementos essenciais na construção de consciências e de um estado permanente de mobilização transformadora.
- Compreende que deve favorecer novas abordagens em benefício da promoção do desenvolvimento humano e social a partir da mobilização em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, com foco extensivo às questões de gênero e etnia.
- Reconhece ser fundamental a criação de uma cultura de co-responsabilidade pela qualidade da informação pública como condição estratégica para a inserção da criança e do adolescente como personagens prioritários na agenda nacional de desenvolvimento humano e social.
- Embasa suas posições na Convenção Internacional de Direitos da Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ações junto aos comunicadores

É importante destacar que a ANDI – apesar de receber a nomenclatura “agência de notícias” – não trabalha com a produção e a distribuição de reportagens por parte de seus

funcionários. Na realidade, o contato com as redações acontece de maneira bem mais original – por meio do envio de sugestões de pauta e do atendimento às demandas dos jornalistas.

Assim, a função da instituição, no quesito comunicadores, é orientar profissionais de jornalismo a encontrar o melhor enfoque para um trabalho, bem como auxiliá-lo por meio do fornecimento de fontes adequadas para a confecção de reportagens que trabalhem os direitos da infância e da adolescência.

“A experiência mostra que essa abordagem diferenciada em relação ao processo de pautar a mídia estimula de forma muito eficaz a multiplicação do número de matérias jornalísticas de qualidade, além de contribuir para a capacitação dos profissionais de imprensa em relação à cobertura dos temas do universo infanto-juvenil”. (ANDI, 2003, p. 05)

Entre as ações propostas pela ANDI junto aos comunicadores está o *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística*. A iniciativa oferece apoio técnico e financeiro no desenvolvimento de trabalhos de investigação jornalística que estejam aptos a contribuir para revelar e contextualizar aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na prática da exploração sexual de crianças e adolescentes. O *Concurso Tim Lopes* é realizado pela ANDI em parceria com o Instituto WCF – Brasil, e conta com o apoio do Unicef e da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj).

O *Rádio pela Infância* é também uma das ações elaboradas pela ONG e voltadas aos comunicadores no Brasil. Mas desta vez, o alvo são especificamente os radialistas. O projeto consiste em um boletim distribuído mensalmente para radialistas de várias partes do país – sobretudo regiões Norte e Nordeste, onde a organização registrou maior carência de informações. O *Rádio pela Infância* é trabalhado com o intuito de promover e defender os direitos da infância e adolescência. Conta com informações para contextualização de temas e ainda sugestões de pauta. A iniciativa é de realização da ANDI em parceria com o Unicef.

Outra ação junto aos comunicadores de todo o país e que talvez mereça nosso maior destaque é o *Projeto Jornalista Amigo da Criança*. A proposta reconhece profissionais da imprensa que ao longo de suas carreiras dedicam especial atenção aos temas que tratam de crianças e adolescentes. A premiação acontece desde 1997, e hoje chega a reunir mais de

250 comunicadores dos principais veículos de mídia do país. A ação é realizada pela ANDI, e conta com o patrocínio da Petrobrás e com o apoio do Unicef e da Fundação Abrinq. Diante das perspectivas pouco exploradas e da “marca” deixada em cada profissional eleito “Jornalista Amigo da Criança”, o tema será melhor explorado no capítulo seguinte.

Ações junto às fontes de informação

Acredito que uma das estratégias mais valiosas implementadas pela ANDI é a de não se ater somente ao trabalho junto à imprensa. Afinal, um produto jornalístico de qualidade depende, certamente, de um bom profissional da área, mas também de fontes devidamente preparadas para o correto auxílio à imprensa.

Por meio do trabalho junto às fontes de informação – visto a importância das mesmas no processo de produção jornalística – a ONG busca “potencializar a participação dos diferentes atores sociais na construção do noticiário sobre os direitos da criança e do adolescente brasileiros” (ANDI, 2003, p. 07).

As bases de sustentação de grande parte das propostas junto às fontes consistem na orientação e na sensibilização. O processo inclui orientações quanto à maneira mais adequada de contactar jornalistas, além de estimular a divulgação de atividades e projetos e de incentivar a criação e a profissionalização de assessorias de comunicação, sobretudo em entidades ligadas à infância e à adolescência.

Outras iniciativas propostas pela ONG resultam nos Seminários e Oficinas de Mídia e em publicações distribuídas com o intuito de esclarecer à sociedade quais as contribuições que a mídia oferece à causa das crianças e dos adolescentes no país.

Ações junto às universidades

A ANDI dedica especial atenção também a educadores e estudantes universitários – sobretudo aos pertencentes às faculdades de Comunicação Social. A tarefa é “sensibilizar professores e alunos para a necessidade das universidades trazerem a si a responsabilidade pela formação de profissionais de imprensa socialmente responsáveis” (ANDI, 2003, p. 09).

É importante destacar ainda o apoio oferecido pela ONG aos estudantes que desenvolvem trabalhos e teses sobre a interface mídia/infância. Por meio da distribuição de publicações em bibliotecas e núcleos de Comunicação, a ANDI mostra-se satisfatoriamente disponível – apesar da quantidade crescente de tarefas – aos que despertam interesse em conhecer melhor a instituição e o trabalho por ela desenvolvido.

Acompanhamento da produção editorial

O processo de acompanhamento da produção editorial realizado pela ANDI consiste em três etapas – clipagem, classificação e tabulação (base de dados).

Diariamente, 58 edições de jornais de todo o país e outras dez revistas de circulação nacional são submetidos à leitura e posterior análise por parte da equipe responsável pelo procedimento.

O processo acontece da seguinte forma: as reportagens que trabalham todo e qualquer assunto relacionado à infância e à adolescência são identificadas e selecionadas para que posteriormente sejam elaborados os boletins de monitoramento editorial da ANDI. Em seguida, todas as reportagens são submetidas a uma classificação por metodologia específica, que irá orientar a equipe na produção do relatório anual *Infância na Mídia*.

Um dos momentos mais interessantes no acompanhamento desempenhado pela ONG é questionar quais os critérios para a classificação das reportagens selecionadas. Estes não se resumem apenas ao tema central focalizado pelo jornalista. Há importância ainda em analisar como o material trata a questão “infância e da adolescência” – por meio de uma possível busca de soluções ou de uma denúncia de omissões. Em resumo, a etapa de classificação trata-se de analisar como os produtos jornalísticos se posicionam diante do paradigma do Desenvolvimento Social.

O que se segue no pós-monitoramento é a publicação de boletins eletrônicos e impressos. Boletins como o *Infância na Mídia*, um informativo diário elaborado pela ANDI para monitoramento do noticiário. A publicação é enviada para cerca de 4.000 profissionais e redações. O trabalho oferece uma visão geral da cobertura da mídia brasileira diante de temas relacionados a crianças e adolescentes.

O acompanhamento da produção editorial funciona como ponto de partida para que se possa chegar a uma análise sobre a evolução da cobertura. O relatório Infância na Mídia – de autoria da ANDI – mostra que, entre os anos de 1996 e 2002, a quantidade de reportagens voltadas para o tema “infância e adolescência” nos 50 principais jornais de todo o país aumentou em 800%.

Editoria de mídia infanto-juvenil

O projeto Mídia Infanto-Juvenil considera uma preocupação da ANDI em atentar diretamente para todas as partes envolvidas na questão – inclusive as próprias crianças e adolescentes. A iniciativa consiste em oferecer apoio e qualificação aos jornalistas que trabalham em suplementos de jornais, revistas e programas de televisão voltados ao público infanto-juvenil.

“Esses publicações e programas foram considerados estratégicos, no contexto da mídia brasileira, não apenas porque se dirigem diretamente a crianças e adolescentes, mas principalmente porque dão voz a eles” (ANDI, 2003, p. 21).

Entre as ações, destaca-se a Educomunicação. Em outras palavras, a tarefa é incentivar os jornalistas em questão a reconhecer a amplitude da função que exercem. É interessante destacar ainda o princípio adotado pela ONG: por terem como público-alvo crianças e adolescentes, tais profissionais ultrapassaram o limite de comunicadores. São também educadores.

A ANDI e as atividades de mobilização virtual

Confesso que a marcação de visitas à ANDI foi um processo demorado – quase que um exercício de paciência. Posteriormente, foi explicado que a demora acontecia em consequência da alta demanda de tarefas a cada funcionário, sobretudo aos que haviam sido preparados para receber visitantes. Ao deparar-me, de fato, com a rotina de grande parte destes, fui capaz de compreender e aproveitar ao máximo as visitas agendadas.

A importância em destacar tal aspecto está, na realidade, no que optei por fazer no período em que as visitas não aconteciam. Decidi fazer uma breve consulta ao site da ANDI (www.andi.org.br) enquanto não podia ser recebida. E quão surpresa fiquei em perceber que grande parte das informações das quais precisava encontravam-se disponíveis na rede. Uma pesquisa mais aprofundada ao site levou-me à perceber que, na realidade, o arsenal de informações preenchia todas as dúvidas ou questionamentos cabíveis antes de uma visita à ONG.

A página da ONG na internet é atualizada diariamente, e segundo o último relatório, chega a uma média de 40.000 visitantes por mês. Além de abordar todas as atividades desempenhadas pela ANDI, o portal inclui versões eletrônicas das publicações impressas, material de grande auxílio na confecção deste estudo. Buscas por palavras-chave, mapa de navegação, fóruns de debates, enquetes on-line e *chat*, entre outros, facilitam o acesso e fortalecem a missão da instituição por meio das denominadas “atividades de mobilização virtual”.

Rede ANDI – Brasil e Rede ANDI – América Latina

A Rede ANDI de Comunicadores pelos Direitos da Infância – Brasil é o começo do que viria a ser uma considerável expansão do trabalho que começou na capital federal. Criada no ano de 2000, consiste em uma parceria entre diversas organizações de comunicação (autônomas) distribuídas em diferentes regiões brasileiras.

Os objetivos específicos trabalhados na Rede ANDI – Brasil não se distinguem, na base, dos objetivos gerais da ONG, mas serão destacados a seguir como meio de fortalecer o entendimento das estratégias anteriormente citadas (ANDI, 2003):

- Consolidar uma cultura de comunicação, nas empresas jornalísticas e entre as fontes de informação, que priorize as pautas relevantes para a promoção e a defesa dos direitos da infância e adolescência.
- Profissionalizar o diálogo entre os atores da sociedade civil organizada e veículos e profissionais de comunicação da capital e do interior dos estados brasileiros.

- Capacitar estudantes universitários e jornalistas para atuar como agentes de comunicação e mobilização.

Na região Norte do país, a aliança entre ONGs foi estabelecida com a Agência Uga-Uga de Comunicação (Amazonas). Na região Nordeste, a Associação Companhia TerrAmar (Rio Grande do Norte), Cipó – Comunicação Interativa (Bahia e Sergipe) e Auçuba – Comunicação e Educação (Pernambuco), ajudam a preencher o quadro de parcerias. A Associação Educacional e Cultural Oficina de Imagens (Minas Gerais) é a representante da região Sudeste. No Sul, a Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência (Paraná), juntamente com a Mídia-Criança – Agência de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente (Santa Catarina) executam o trabalho. Por fim, a parceria na região Centro-Oeste se dá com a Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância (Mato Grosso do Sul).

Já a Rede ANDI – América Latina aparece como um projeto ainda mais ambicioso – apoiar a multiplicação de ações de comunicação comprometidas com os direitos das crianças e adolescentes.

“A Rede ANDI – América Latina foi constituída com a missão de promover nos meios de comunicação da América Latina uma cultura jornalística que fortaleça a defesa dos direitos da infância e adolescência e que contribua para o desenvolvimento humano e social, a igualdade e a equidade”. (ANDI, 2003, p. 33)

A expansão da Rede ANDI já se mostra presente em oito países da América Latina – Argentina (Periodismo Social), Bolívia (Consortio entre as Ongs Nicobis e Eco Jovenes), Colômbia (Fundación para um Nuevo Periodismo Iberoamericano), Costa Rica (Servicio de Noticias de la Mujer), Guatemala (Asociación Doses), Nicarágua (Dos Generaciones), Paraguai (Global Infância) e Venezuela (Cecodap).

“As experiências da ANDI e da Rede ANDI – Brasil servem como ponto de partida para a Rede ANDI – América Latina. Baseada nessas experiências, faz parte das ações estratégicas da Rede: monitoramento dos meios de comunicação; mobilização dos jornalistas, das fontes de informação e das universidades e

qualificação dos jornalistas, das fontes de informação e dos estudantes de comunicação”. (ANDI, 2003, p. 34)

Além das atuais parcerias, a ANDI estuda a concretização de novas alianças na América Latina. A previsão é de que a segunda etapa aconteça no Chile, em El Salvador, no Equador, no México, no Panamá, no Peru, na República Dominicana e no Uruguai.

E a expansão dos projetos da ONG parece ser ainda mais promissora, inclusive em novos continentes. De acordo com a publicação *ANDI no presente* (2003), mobilizadores sociais e instituições de países como Moçambique, África do Sul, Marrocos, Bangladesh, Líbano e Cazaquistão fizeram e fazem contato no intuito de replicar as metodologias aplicadas nos quase 15 anos de existência da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Capítulo 04: Os Jornalistas Amigos da Criança

Apresentação

“Pontuar, estado por estado, cidade por cidade, jornal por jornal, revista por revista. Meu Deus do céu, isso é uma coisa cara! É uma coisa que requer tempo, habilidade, paciência. A idéia da ANDI, em si, é maravilhosa. As meninas trabalham feito desesperadas, os meninos também. Eu bato palma cada vez que chego lá”. (Entrevista, Airton Medeiros, abril de 2005)

A declaração concedida pelo radialista Airton Medeiros, apesar de simples, representa, em suma, o que cada profissional declarado Jornalista Amigo da Criança parece sentir ao falar a respeito da Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Alguns, talvez, com menos paixão e entusiasmo. Mas com uma nítida admiração e – no mínimo – desejo de comprometimento em relação à proposta apresentada e desempenhada pela ONG.

Para a confecção deste capítulo que se segue, foram ouvidos jornalistas em suas diversas aplicações – que trabalham em ONGs, Oscips e redações, além de profissionais autônomos e de casos como o do próprio Airton Medeiros: “Eu sou radialista, não sou jornalista”. As diferenças em quesitos como atuação, comprometimento com a causa e proximidade com a ANDI são claras. O traço em comum – todos receberam o prêmio Jornalista Amigo da Criança.

Os profissionais a serem entrevistados foram indicados pela própria ANDI. Um processo que, na realidade, surpreendeu-me. Nada de escolha aleatória ou de improvisação, para dar menos trabalho aos visivelmente atarefados funcionários da instituição. Pelo contrário. Os nomes indicados passaram por diversas etapas de seleção até que chegassem às minhas mãos. A preocupação em fazer um trabalho bem feito e em auxiliar profissionais da área – ainda que sejam os que estão em processo de formação, como no meu caso – se mostrou presente inclusive no momento da confecção da lista dos Jornalistas Amigos da Criança – carinhosamente concebidos pelos profissionais da ONG como “Jacas”.

Feita a seleção, começam, portanto, as entrevistas. A abordagem junto aos jornalistas inicia-se com uma questão um tanto simples – a ANDI apareceria como busca

constante quando a pauta é “criança e adolescente”? Os sete entrevistados parecem chegar a um consenso – momento raro durante a pesquisa. De fato, os jornalistas afirmam que recorrem sempre às informações divulgadas pela ONG, ainda que por meio de seus representantes em outros estados, como é o caso do radialista Elias Santos, que utiliza como principal contato a agência da ANDI em Belo Horizonte, local onde reside. A parceria na cidade se dá por meio da ONG Oficina de Imagens.

Ao tratarem especificamente do trabalho desenvolvido pela ANDI, as críticas parecem convergir para os mesmos aspectos – a reduzida quantidade de material produzido para mídias eletrônicas, sobretudo rádio e TV. De fato, grande parte do acompanhamento de mídia desempenhado pela instituição parece refletir meios impressos. Ainda assim, declarações como a de Tacyana Arce, coordenadora de jornalismo da Rádio UFMG Educativa, apontam que a ANDI seria capaz de preencher um espaço vazio considerável. “Acho que ela, de fato, contribui para colocar um foco sobre as questões da infância e lançá-las na mídia” (Entrevista, maio de 2005).

Também o radialista Airton Medeiros, apesar de concordar que o rádio é um dos veículos que não recebe a atenção que deveria por parte da instituição, parece não se conter ao expressar o que sente em relação à proposta de trabalho da ANDI. Airton é presidente da Escola Brasil, uma Oscip que trabalha o rádio educativo. O radialista foi declarado Jornalista Amigo da Criança em 2002, mas acompanha a ONG desde o seu surgimento na capital federal.

“O trabalho deles era muito intenso e muito forte. Eles ganharam espaço porque é um trabalho muito sério. Um trabalho educativo. Eu acho que se nós não trabalharmos com educação nesse país, vamos continuar sempre sendo um país em desenvolvimento, apesar de todas as nossas riquezas”. (Entrevista, Airton Medeiros, abril de 2005)

A proximidade do radialista com a ANDI, além de visível, acaba por ser marcante. Durante a entrevista, Airton expressava nos olhos admiração pelo trabalho, pelo ambiente, pelas pessoas que trabalham na ONG. Lembra que, a poucos minutos antes de ser entrevistado, havia sido convidado para atuar como mestre de cerimônia na entrega da

premiação aos Jornalistas Amigos da Criança de 2005. Enfático, afirma que o convite foi aceito. E descreve ele mesmo a razão para tamanho comprometimento.

“A ANDI faz um trabalho maravilhoso porque eles não produzem matérias. Eles não produzem absolutamente nada a não ser orientação quanto à notícia que vai ser dada pelos jornalistas brasileiros. Eles conduzem essa notícia. E eu acho que isso já é um trabalho de muita paciência, de muita guerra, de muita briga. Acho que se tivesse umas quatro ou cinco ANDIs no Brasil, com certeza seria mais fácil mudar”. (Entrevista, Airton Medeiros, abril de 2005)

O jornalista Severino Francisco, professor do curso de Jornalismo do UniCEUB e autor do projeto *Jornal Radcal* – publicação da Fundação Athos Bulcão voltada para o público adolescente – faz referência exclusiva ao material trabalhado e posteriormente divulgado pela ONG.

“Os livros publicados pela Série Mídia e Mobilização Social são excelentes guias para uma nova agenda do jornalismo orientado para as questões sociais e direitos humanos. Eles seriam um excelente material para alimentar uma nova consciência social nos cursos de jornalismo. São guias abrangentes, pois incluem, a um só tempo, a consultoria de pesquisadores universitários, base de dados sólida, debate sobre temas de urgência na agenda social, sugestões de pauta, guias de fontes. Em si mesmos, eles são verdadeiros cursos de jornalismo sob a ótica da nova agenda social. O jornalismo é uma atividade eminentemente social. E esta série recupera esta dimensão social do jornalismo, numa perspectiva de uma agenda social avançada e inovadora. Infelizmente, não lemos nenhuma resenha sobre estes livros nos jornais e revistas brasileiros” (Entrevista, Severino Francisco, junho de 2005)

Ao serem questionados sobre os métodos utilizados pela ONG, Ana Quezado, Jornalista Amiga da Criança que reside em Fortaleza, CE, faz a seguinte colocação:

“A ANDI utiliza democraticamente os mais variados meios para ‘educar’ o jornalista ao tratar de temas relacionados à criança e ao adolescente. Não há nenhuma imposição para aceitar as orientações passadas, mas esclarecimentos acerca da legislação, das questões sociais e do contexto de mundo. Através de folhetins,

e-mails e constantes treinamentos, essa ONG tenta alertar o profissional da comunicação para um futuro melhor”. (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

Ana é produtora e editora da TV Verdes Mares. A jornalista, bem como o radialista Airton Medeiros, mostram-se igualmente satisfeitos e admirados em relação à temática da ANDI. Ana admite que, depois da premiação, passou a trabalhar um pouco além do que um jornalista geralmente se limita a fazer. Afirma ser agora uma “multiplicadora de conhecimentos” sobre a questão da infância e da adolescência. O ato de repassar aos colegas da redação onde trabalha grande parte das novidades que recebe da ANDI, além de realizar periodicamente um balanço de reportagens ligadas ao tema, revela o comprometimento não somente com a instituição, mas com a causa em questão – crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. “Percebo que a pauta ligada à infância foi ampliada com muito respeito” afirma Ana em relação ao que é produzido no local onde trabalha.

Tacyane Arce, coordenadora de jornalismo da Rádio UFMG Educativa, lembra que a simples preocupação com o social não é o que norteia a ANDI para atrair a atenção e posterior dedicação dos jornalistas.

“A instituição não quer apenas doutrinar o jornalista, mas realmente extrai o que há de jornalístico nas questões da infância. Ou seja, ela não me oferece uma pauta apenas porque é relacionada à infância, mas porque ela tem alto valor jornalístico”. (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

Quando questionados sobre a existência de outras instituições no país capacitadas para o mesmo tipo de trabalho, os jornalistas parecem concordar em um quesito: o de que a dedicação com que os funcionários da ANDI se orientam parece colocá-la em destaque. Alguns afirmam não ter conhecimento de outras instituições voltadas para a mesma problemática. Outros acreditam que tais instituições existam, mas que a atuação da ONG em questão é mais forte. Em relação à existência ou não de ONGs capacitadas para a mesma proposta oferecida pela ANDI, Ana Quezado concedeu a seguinte declaração:

“É lamentável. Não é só na área da criança e do adolescente que o jornalista precisa de formação. Temas como AIDS em adultos, terceira idade e dezenas de outros ainda precisam ser melhor

trabalhados nas redações. Até mesmo na questão da linguagem”. (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

Já o jornalista Severino Francisco acredita que “o sucesso da ANDI estimulou o surgimento de inúmeras outras iniciativas do gênero”. E destaca que no lugar de uma provável “competição autofágica”, a emergência gerou parcerias entre as novas agências, o que fortaleceria o processo.

Quanto aos resultados positivos da prática desempenhada pela ANDI, Ana Quezado volta a falar da importância do desempenho da ONG sobre os próprios jornalistas e conseqüentemente, sobre a sociedade:

“Quanto mais profissionais de jornalismo estiverem preparados para tratar de temas tabus, mais contribuição será dada à sociedade para enfrentar as suas mazelas. Se todas as matérias tivessem esse tom social, talvez a população ficasse mais atenta para escolher até os seus representantes”. (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

A jornalista Mara Régia, professora do curso de Jornalismo do UniCEUB, revela, durante a entrevista, o que acredita ser um resultado positivo da prática do jornalismo social à sociedade.

“Eu mesma tive uma experiência concreta. Uma menina da Amazônia me escreveu pedindo socorro, porque havia sido vendida pelo próprio pai a um paraguaio e, posteriormente, a um sexagenário comerciante. Assim que recebi a carta, encaminhei-a à ANDI e o assunto teve um desdobramento imediato – rendeu matéria até no Fantástico. Ao chegar em Aripuanã do Norte (MS), para as devidas investigações, já contava com o suporte da ANDI através de vários jornalistas. Com isso, foi muito mais fácil conseguir acionar o Conselho Tutelar da cidade e fazer com que o pai da menina perdesse o pátrio poder: a guarda da criança”. (Entrevista, Mara Régia, junho de 2005)

Posteriormente, os jornalistas foram abordados com a seguinte questão – você considera o jornalismo social um campo jornalístico de fato? Severino Francisco, um dos mais veteranos Jornalistas Amigos da Criança (premiado em 1997) demonstra, enfático, a opinião da grande maioria dos entrevistados.

“Sem dúvida. Eu acho que, inclusive, a gente poderia inverter radicalmente a pergunta: será que o jornalismo sem relevância, consciência e função social é, de fato, jornalismo? O jornalismo tem uma característica contraditória: ele é um produto empresarial e, ao mesmo tempo, tem uma função pública inalienável. Todo jornalismo tem significado e função social. Nem a revista Caras escapa deste destino. Historicamente, a imprensa escrita é indissociável de todas as lutas modernas de emancipação: conquista dos direitos humanos, democracia, direitos de educação, emancipação da mulher, inovações no campo da cultura e dos costumes. Claro que isso sempre ocorreu de maneira contraditória, tensa, conflorada. Agora, é bom deixar claro que vocação social não é e nem deve ser sinônimo de dogmatismo, partidarismo, cegueira ideológica. Mesmo porque estes ingredientes costumam produzir não um jornalismo social de qualidade, mas sim um jornalismo burro, obscurantista, sectário, como têm sido, infelizmente, os jornais de partidos políticos, dominados por interesses corporativistas e não universalistas. O bom jornalismo social é indissociável de plena liberdade para discutir, especular, imaginar, polemizar sobre qualquer tema de todos os ângulos possíveis e impossíveis”. (Entrevista, Severino Francisco, junho de 2005)

Já a necessidade ou não de uma editoria específica para o social gerou controvérsias. Entretanto, a grande maioria acredita que o envolvimento com social deve estar presente em todas as editorias, e que para tanto, não seria necessária a criação de uma única editoria. A jornalista Tacyana Arce expressa o que acredita ser o jornalismo social de fato, e qual a sua aplicação:

“Jornalismo social é um olhar. É uma proposta de abordagem das pautas que considere, acima de tudo, a informação como instrumento de construção da cidadania. Sendo assim, todos nós, jornalistas, de diferentes editorias, podemos voltar esse olhar, social, público, comprometido, às nossas matérias. Se o jornalista social ficar circunscrito à editoria de cidades, quem vai abordar as questões econômicas, políticas, culturais e de comportamento que precisam ser encardas pelo viés do interesse social?” (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

Ainda em relação à prática do jornalismo social e do jornalismo em geral, grande parte dos profissionais entrevistados parecem concordar que a idéia de uma disputa menos

acirrada quando a pauta é “proteger crianças e adolescentes” de fato, não se aplica às redações.

“Não há diferença entre o comportamento de jornalistas no momento de fazer uma pauta em uma abordagem mais social ou em outra abordagem. Fazer jornalismo público (social) não é exercício para ir para o céu. Se o jornalista não brigar pelo furo, não se sustenta na editoria. Como vou explicar pro meu chefe que estou colaborando com uma reportagem super interessante sobre gravidez na adolescência do jornal concorrente? E se o meu chefe não achar que a matéria sobre jovens no tráfico que estou fazendo é exclusiva, ele logo manda abortar a produção. Jornalismo é competição”. (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

E é justamente diante desse cenário de disputa que o coordenador executivo da CECOM, Elias Santos, acredita que a intervenção por parte da ANDI deva acontecer também em cargos mais altos, com maior poder de decisão. “Muitas vezes, ficamos só na coragem” afirma o jornalista.

O Projeto Jornalista Amigo da Criança

“O simples fato deles darem esse título de Jornalista Amigo da Criança, queira ou não queira, você assume um compromisso com a ANDI. Eu, por exemplo, não tinha compromisso formal com eles até o momento em que em 2002 me deram o título de Jornalista Amigo da Criança. A partir daí, eu me senti na obrigação de ajudar a causa. Mais do que já estava ajudando. É um método” (Entrevista, Ailton Medeiros, abril de 2005)

Ailton Medeiros, radialista e presidente da Oscip Escola Brasil, volta a abrir uma nova abordagem deste capítulo. Desta vez, as palavras do radialista parecem resumir o que cada jornalista entrevistado sente exclusivamente em relação ao *Projeto Jornalista Amigo da Criança* e ao que a premiação é capaz de produzir – individualmente e coletivamente.

Acredito que ao falarmos exclusivamente sobre o que cada profissional sentiu ao receber o título, nada pode ser mais indicado do que as palavras dos próprios “Jacas”.

“Menos solidão, mais apoio e uma enorme responsabilidade de fazer melhor o que eu já vinha fazendo. É um título vitalício”. (Entrevista, Cláudia Werneck, junho de 2005)

“É um reconhecimento a qualquer profissional que está no dia-a-dia na luta, cobrando os direitos do cidadão. Fiquei envaidecida, no sentido de me incluir numa luta tão nobre que é a da infância digna”. (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

“O título é uma carta de recomendação. Desde que recebi esse reconhecimento, sou sempre tratada em eventos nacionais e internacionais com uma certa deferência”. (Entrevista, Mara Régia, junho de 2005)

O jornalista Severino Francisco mostra ir além dos elogios, e lembra da realidade marcante vivida por grande parte da infância e adolescência pobres do país.

“Eu jamais imaginava que pudesse ganhar um prêmio pelo trabalho que realizei no Radcal, por puro prazer, envolvimento e realização. Na época fiquei muito feliz. Mas, sinceramente, hoje me sinto incomodado em receber um prêmio pelo trabalho realizado em favor das crianças e dos adolescentes, pois a situação deles em nosso país é muito trágica, dramática e desesperadora”. (Entrevista, Severino Francisco, junho de 2005)

Os jornalistas foram questionados ainda sobre onde estaria centrada a importância do título “Jornalista Amigo da Criança” no trabalho que se segue após a premiação. A jornalista Cláudia Werneck destaca a sintonia entre os próprios “Jacas”. A profissional acredita que tal entendimento é importante “porque somos uma rede de profissionais com as mesmas propostas para o exercício do ofício que escolhemos”.

Tacyana Arce destaca os resultados proporcionados pela premiação junto às fontes. “Meu trabalho ficou mais fácil. Elas passaram a confiar mais em mim” afirma. Mas Tacyana não se limita a ver apenas o benéfico. A jornalista faz questão de lançar críticas não ao prêmio em si, mas aos próprios premiados.

“O positivo é reconhecer o trabalho de uma figura que, geralmente, não tem força e simpatia dos superiores para produzir matérias (criança e adolescente, a não ser como infratores, não dão ibope). E

serve de estímulo para a figura continuar se comprometendo com a causa. Mas como todo prêmio, aparecem os factóides. Gente que fez uma dúzia de matérias para ser premiado, mas que realmente não tem comprometimento nenhum”. (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

Todos os profissionais entrevistados acreditam que o *Projeto Jornalista Amigo da Criança* deva ser mantido. Mas cada jornalista mostrou possuir suas próprias críticas e sugestões para uma melhoria na aplicação prática do título. Cláudia Werneck afirma que os jornalistas premiados devem ser mais cobrados e avaliados sistematicamente. E faz a seguinte indagação: “Merecemos esse título para sempre?”. Ana Quezado também reforça a necessidade da cobrança e da avaliação por parte da ANDI em relação aos profissionais premiados.

“O título não faz nenhum sentido se não despertar no agraciado o comprometimento com a causa. Nesse sentido, a instituição que premia deve sim estabelecer critérios rígidos para escolher esses profissionais e a partir daí oferecer subsídios para que ele possa despertar matérias jornalísticas ligadas ao social”. (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

Mara Régia, bem como a jornalista Tacyana Arce, também acreditam que a premiação deva ser mantida, mas fazem novas críticas à premiação:

“Não vejo pontos negativos, salvo quando a indicação é feita a alguns jornalistas que são estrelas na mídia. Fica parecendo jogada de *marketing*”. (Entrevista, Mara Régia, junho de 2005)

“A estratégia de premiação, a meu ver, está equivocada. A ANDI optou por tentar cooptar alguns jornalistas, estratégicos, na esperança de que eles passassem a pautar a infância a partir de então. Não funcionou. E o resultado é que há jornalistas amigos da criança que defendem a redução da idade penal, ou que fazem matéria dizendo que uma adolescente em questão se prostitui por prazer, para comprar um tênis novo, sem aprofundar os motivos que a levam a isso”. (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

A declaração da jornalista nos leva a uma rápida abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em razão da comemoração de seus 15 anos. Os

jornalistas, ao final da entrevista, foram questionados sobre as possíveis mudanças na legislação infantil brasileira propostas pela Câmara dos Deputados no início de 2005. Dentre estas, optamos por destacar a proposta de redução da maioria penal e ainda a proposta de aumento do período de internação para adolescentes infratores.

“Acho que o ECA é uma das leis mais avançadas do mundo em relação à criança e ao adolescente. Agora, precisamos fazer com que essa lei seja respeitada, cumprida e que haja punição para quem não respeita. Acho que esse é o compromisso de qualquer cidadão brasileiro em relação ao Estatuto. Questões ligadas à redução da maioria no Brasil, no momento, são complicadíssimas. Se não há espaço nos presídios para receber os que já existem hoje, o que vamos fazer se aumentar esse contingente? O tratamento que é dado nos presídios recupera os infratores atualmente?” (Entrevista, Ana Quezado, maio de 2005)

“Enquanto o Estatuto não for totalmente observado e seguido, nós teremos esses disparates. A gente sabe que apesar de estar ali, escrito, ainda falta muito pra que ele seja realmente observado, efetivado como um documento em que tudo o que existe é lei. Ainda não é. Mas aos poucos, eu acho que eles vão conseguir isso”. (Entrevista, Ailton Medeiros, abril de 2005)

“Defendo a rediscussão com sociedade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Até como uma tentativa de se divulgar o que diz essa legislação. Quinze anos depois, ele é um ilustre desconhecido. Minha mãe acha que ele passa a mão na cabeça do infrator, mas não tem a menor noção do que diz o Estatuto. Discutir o ECA seria uma forma de mostrar o que ele realmente faz, e o que não faz. A partir dessa discussão, se a sociedade, informada, esclarecida, chegar à conclusão de que é necessário rediscutir alguns pontos, aí sim. Particularmente, acho que é necessário se preocupar com algumas questões. O ECA não prevê a aplicação de medidas sócio-educativas para crianças com menos de 12 anos. E temos crianças de 8 e 9 anos cometendo atos infracionais graves. Como encarar isso? Não acho que é pela simples redução da idade para cumprimento de medidas. Mas é preciso discutir por que meio é”. (Entrevista, Tacyana Arce, maio de 2005)

“Como todos nós sabemos as cadeias são verdadeiras universidades do crime. Existem evidências de, a medida em que é rebaixada a idade penal, o crime organizado passa a recrutar, cada vez mais, crianças menores. E, nessa escalada, de diminuição

progressiva da idade penal, chegaríamos a responsabilização civil de bebês. Enquanto isso, organizações não-governamentais como o Projeto Axé, de Salvador (BA), estão conseguindo reeducar e restaurar a dignidade de crianças e jovens considerados 'irrecuperáveis'. O Projeto Afroreage, do Rio de Janeiro, é outra bela iniciativa, no sentido de promover a auto-estima dos jovens e retirá-los da violência e do crime. O Projeto Sócio-Educativo da Mangueira é outro exemplo alentador. Eu acho que estas experiências deveriam ser transformadas em políticas públicas para as crianças e os adolescentes. Ações como estas são muito mais eficazes do que qualquer iniciativa de reduzir a idade penal, especialmente dentro de um quadro de precariedade e corrosão que domina o sistema carcerário no Brasil". (Entrevista, Severino Francisco, junho de 2005)

Conclusão

Neste estudo foi realizada uma análise histórica do surgimento do que aqui concebemos como “jornalismo social” – a partir de seus antecessores até a prática atual. Posteriormente, foi traçado um perfil das crianças e adolescentes brasileiros, tomando os anos 90 – época em que foi registrado o auge dos acontecimentos em prol da infância e da adolescência – como ponto de partida até chegarmos à situação atual. O trabalho proposto e desempenhado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, bem como a própria ONG em questão – por se tratar do objeto de estudo escolhido – foram registrados em detalhes por parte do pesquisador e reforçados por parte dos próprios Jornalistas Amigos da Criança, ouvidos durante as entrevistas.

De fato, grande parte dos jornalistas entrevistados encontra-se diretamente “infiltrada” no contexto com o qual nos deparamos atualmente – o de redações “enxutas”, que pouco estimulam saídas para reportagens especiais, inclusive no âmbito da cobertura da infância e da adolescência. A questão levantada nesta pesquisa trabalha, na realidade, uma das conseqüências deste processo editorial – se o material que chega aos profissionais de jornalismo passa, antes de tudo, pelas fontes de informação, os jornalistas não chegariam a conhecer, de maneira propriamente dita, as crianças e adolescentes a serem pautados. Ao partirmos de tal pressuposto, o texto jornalístico poderia ter um menor poder de persuasão sob o leitor. Restava-nos saber, portanto, se a aproximação do jornalista com o fator social em questão – a criança e o adolescente – fosse maior, também a capacidade de superação dos obstáculos sociais por meio da prática do jornalismo social seria mais eficaz.

As visitas à sede da ANDI em Brasília, as conversas nos corredores e cômodos da instituição, os telefonemas constantes, as trocas de correios eletrônicos, entre outros, apontavam fortes indícios de que a metodologia adotada pela ONG poderia ser um diferencial no resultado final do processo em estudo. Mas somente diante dos relatos e expressões de cada Jornalista Amigo da Criança, a teoria adquiriu consistência suficiente para ser, posteriormente, comprovada.

Cada jornalista indicado e que chegou a receber a premiação apresentou devidamente o que buscamos no decorrer desta pesquisa – analisar as relações estabelecidas entre os profissionais da imprensa e a ANDI. Os entrevistados serviram, portanto, ao propósito de destacar pontos de conflito e de convergência encontrados na relação. Também a análise de valores, discursos e práticas dos personagens – envolvidos na produção de notícias sobre a promoção e a defesa dos direitos da infância e da adolescência – foi bem caracterizada pelos próprios dizeres de cada profissional. Foi possível ao pesquisador, portanto, observar as conseqüências do processo no tipo de produção jornalística em estudo – o jornalismo social com ênfase na cobertura de crianças e adolescentes.

A sede da ANDI em Brasília mostrou-se maior do que o esperado. Não somente em seus limites físicos – se estende por diversos corredores e salas – mas também em suas fronteiras geográficas. A postura, aparentemente única, adotada por cada funcionário da instituição ao trabalhar diretamente com o profissional da mídia mostrou atuar positivamente na confecção e na publicação de matérias sobre crianças e adolescentes.

A ONG de fato confirma a idéia de que o simples envio de *releases* às redações não é suficiente para que o jornalista atinja o grau ideal de compromisso e engajamento necessários para publicações de impacto. E é diante de tal argumento que a ANDI se propõe a desempenhar um trabalho que ultrapasse os limites dos *releases* diários. Um trabalho que leva justamente ao que propomos, no início deste estudo, como possível melhoria – senão solução – para o contexto de redações “enxutas”: a aproximação do profissional de jornalismo com o fator social em questão – a criança e o adolescente.

A metodologia da instituição, descrita no terceiro capítulo desta pesquisa, abre portas para que tal aproximação do jornalista com o fator social aconteça, de início, por meio de uma fonte de informação – a ANDI. Os entrevistados demonstraram, por meio de palavras, de sorrisos, de olhares, como a ONG atuou pela primeira vez no trabalho individual e coletivo de cada um, o que foi necessário para que os laços fossem trocados e a razão pela qual, hoje, encontram-se ainda mais próximos e dedicados à defesa e aos direitos da infância e da adolescência por meio da confecção de matérias. São os próprios “Jacas” os responsáveis pela comprovação de que, de fato, a aproximação interfere positivamente

na capacidade de superação dos obstáculos sociais por meio da prática de um jornalismo social mais eficaz.

Também o *Projeto Jornalista Amigo da Criança* mostrou ser um importante instrumento para que se alcance os resultados propostos pela ANDI. Os “Jacas” entrevistados, em meio à sugestões e críticas, mostram que de fato assumiram a condição de agentes transformadores da realidade. Também a idéia de que a premiação poderia contribuir para minimizar a solidão sentida pelo jornalista que batalha pela inclusão de pautas sócias foi confirmada. Por meio da análise dos discursos cedidos por cada profissional que recebeu o título, a premiação se apresenta de maneira positiva e eficiente para que tais pautas sejam aprovadas.

Referências bibliográficas

Livros

- ANDI. *ANDI no presente*, Brasília: ANDI, 2003.
- BUCHT, Catharina, FEILITZEN, Cecília Von, *Perspectivas sobre a criança e a mídia*, Brasília: IBICT/UNESCO, 2002.
- DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, São Paulo: Senac, 2001.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*, São Paulo: EDUSP, 1997.
- MACÊDO, Manoel Moacir Costa. *Metodologia Científica Aplicada*, Brasília: Scala Gráfica e Editora, 2005.
- OLIVEIRA, Siro Darlan. *Da infância perdida à criança cidadã*, Rio de Janeiro: Lumen-Juris, 1998.
- RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Universitária Santa Ursula Amais, 1996.
- THUMS, Jorge. *Acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento*, Porto Alegre: Editora Sulina e Editora da Ulbra, 2000.
- UNICEF. *A infância brasileira nos anos 90*, Brasília: Unicef, 1998.

- UNICEF. *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira; Relatório 2002-2003*, Rio de Janeiro: Unicef, 2003.
- VILAS BOAS, Sérgio. *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*, São Paulo: Summus, 2004.

Teses

- ABREU, Alzira Alves de. *Jornalismo cidadão*
- PAULINO, Fernando Oliveira. *Imprensa, cidadania e direitos humanos*.
- PEREIRA, Fabiana. *Formas recentes da prática jornalística: reflexões sobre imprensa, ONGs, infância e adolescência*.

Reportagens

- *Ameaças mundiais à infância estão todas presentes no Brasil.*
<http://www.adital.com.br/site/noticias/14758.asp?lang=PT&cod=14758>
- *Brasil avança pouco nas metas para a infância.*
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd181104d.htm>
- *Brasil é acusado na ONU de violar direitos das crianças.*
<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/jun/11/3.htm>
- *Brasil entrega relatório sobre direitos da criança a comitê da ONU.*
<http://www.consciencia.net/cidadania/infancia.html>

- *Especialistas da ONU pedem empenho para mudar a vida de crianças brasileiras.*
<http://www.consciencia.net/2004/mes/14/infancia-relatorio.html>
- *O quadro negro da infância e adolescência no Brasil.*
<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2004/06/10/jorbra20040610005.html>
- *Para falar (bem) dos meninos.*
<http://www.noolhar.com/opovo/vidaarte/79916.html>

Publicações on-line

- CALDAS, Graça. *Por um jornalismo crítico e cidadão.*
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da201099.htm>
- FILHO, Marco Antônio Coelho. *A alternativa do jornalismo público.*
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv050920001.htm>
- FREIRE, Alexandre. *Jornalismo público, “publijornalismo” e cidadania.*
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq051098b.htm>
- GRAJEW, Oded. *A criança e a mídia.*
<http://www.andi.org.br>
- SILVA, Luiz Martins da. *Civic journalism: um gênero que no Brasil ainda não emplacou.*
<http://www.unb.br/fac/sos/artigos/civicjournalism.htm>

Entrevista – Jornalista Amigo da Criança

Ana Quezado

1. ***Quando a pauta é “criança e adolescente”, você sempre busca a ANDI?*** De alguma forma, sim. Claro que nem sempre procuro diretamente a ANDI, mas uso os meios de comunicação fornecidos por ela para chegar até à fonte desejada. Tipo: manual de fontes, boletins com indicações de entrevistados que chegam via e-mail e correios, livros etc. Até mesmo os treinamentos realizados pela ANDI, ajudam a preparar o jornalista para trilhar o caminho correto das pautas relacionadas à criança e a adolescência.
2. ***O que você pensa a respeito do trabalho desenvolvido pela instituição?*** Considero importantíssimo para aprimorar a cobertura jornalística relacionada à criança e a adolescência. A partir da ANDI, os profissionais de rádio, jornal e tv passaram a dar um olhar mais humano ao tema, ajudando inclusive a eliminar estigmas criados na sociedade sobre a questão. Na minha opinião, a ANDI veio suprir uma carência na formação destes profissionais, porque os currículos das faculdades de comunicação ainda não contemplavam até bem pouco atrás.
3. ***Como são vistos os métodos utilizados pela ONG?*** A ANDI utiliza democraticamente os mais variados meios para ‘educar’ o jornalista para tratar de temas relacionados à criança e a adolescência. Não há nenhuma imposição para aceitar as orientações passadas por ela, mas esclarecimentos acerca da legislação, das questões sociais e de contexto de mundo. Através de folhetins, e-mails e constantes treinamentos, essa ONG tenta alertar o profissional da comunicação para um futuro melhor.
4. ***Como você avalia os resultados alcançados?*** Do ponto de vista individual, hoje me considero uma jornalista mais bem preparada para lidar com a temática ligada à criança e ao adolescente. E o que acho mais interessante é que me tornei uma multiplicadora de conhecimentos sobre a questão. No veículo de comunicação onde trabalho, sempre repasso as novidades aos colegas de redação, fazendo com que eles

também tratem o tema sem preconceitos. Quando faço o balanço das reportagens veiculadas, percebo que a pauta ligada à infância foi ampliada com muito respeito.

5. ***Por que você utiliza a ANDI como fonte de pautas e outras informações de cunho jornalístico?*** Primeiro, pela seriedade com que a ONG desenvolve o seu trabalho, o que dá muita credibilidade. Segundo, porque a ANDI está sempre ligada aos fatos atuais em torno da infância e da adolescência, fazendo com que os jornalistas se mantenham atualizados sobre qualquer parte do mundo. Por exemplo: daqui de Fortaleza, consigo acompanhar as discussões da Unesco sobre criança e adolescente. Com isso, surgem sempre pautas atuais, inovadoras, originais.
6. ***Você acredita que o auxílio oferecido pela instituição encoraja profissionais da área e de outros setores ao interesse e à posterior dedicação ao jornalismo social?*** Sem dúvida. Hoje, ainda não existe nas redações a Editoria do Social, mas acho que a questão permeia todas editorias de muitos jornais, seja ela política, polícia, economia, cidade etc. E a ANDI é um pouco responsável por essa movimentação, a partir do momento em que aponta caminhos para a exploração de pautas sobre infância em qualquer editoria.
7. ***Existem outras instituições no país capacitadas para o mesmo tipo de serviço?*** Infelizmente, não, o que é lamentável. Enfim, não é só na área de criança e adolescência que o jornalista precisa de formação. Temas como AIDS em adultos, terceira idade e dezenas de outros temas ainda precisam ser melhor trabalhados nas redações. Até mesmo na questão da linguagem.
8. ***Você considera o jornalismo social um campo jornalístico de fato?*** Não consigo dissociar o jornalismo do social. Mesmo quando se cobre congresso nacional e as assembleias legislativas estaduais, o jornalista está trabalhando com o social. Quando o repórter cobre crimes, ele também está trabalhando com o social. Não é preciso estar diretamente falando de educação e moradia, por exemplo, para trazer à tona nas pautas dos veículos de comunicação a questão do social.
9. ***Tal prática tem gerado resultados positivos à sociedade?*** Claro que sim. Quanto mais os profissionais do jornalismo estiverem preparados para tratar de temas tabus, mais contribuição será dada a sociedade para enfrentar as suas mazelas. Se todas as

matérias tivessem esse tom social, talvez, a população ficasse mais atenta para escolher até os seus representantes.

10. *O jornalista social deve estar inserido em uma editoria específica para o assunto?*

Como falei anteriormente, acho que o envolvimento com o social deve estar em todas as editorias, seja ela qual for. Desta forma, não considero necessária a criação de uma editoria específica para o assunto. Mas é necessário sim a preparação do jornalista para que ele tenha essa consciência. Em relação a temas ligados à criança e adolescência, a ANDI já faz esse papel.

11. *Existe competição entre jornalistas sociais – no que se entende por esconder informações para a publicação de grandes reportagens – ou, pelo contrário, há generosidade – disputa menos acirrada – quando a pauta é proteger crianças e adolescentes?*

Infelizmente, o que ainda lidera é a lei de mercado, a competição entre os veículos de comunicação, ou seja, o ‘velho’ furo para usar um jargão jornalístico. Agora, o título de Jornalista Amigo da Criança une um grande grupo de jornalistas sobre o tema, como se fosse uma irmandade, independente de qualquer seja o veículo que o profissional trabalhe. Aqui em Fortaleza mesmo, tenho encontros com alguns profissionais que receberam a comenda constantemente para participar de fóruns, discutir campanhas, visitar as faculdades etc. Enfim, tentamos fazer um trabalho que ultrapassa as paredes das redações.

12. *Como é trabalhar questões sobre as quais grande parte dos indivíduos pensa da mesma maneira - direitos da infância e adolescência?*

Considero difícil, mas muito desafiador. Hoje, me sinto mais estimulada para ler sobre a linguagem ligada as drogas, por exemplo. Como vou falar sobre o tema para pais e filhos, de uma forma que não cause impacto negativo em nenhum deles? Como não estigmatizar a criança em conflito com a lei perante uma sociedade que sofre com a violência? São questionamentos que faço diariamente quando vou escrever sobre a infância.

13. *O que você sentiu ao ser premiado como “Jornalista Amigo da Criança”?*

Pra começar, a solenidade é sempre emocionante. Depois é um reconhecimento a qualquer profissional que está no dia-a-dia na luta cobrando os direitos do cidadão.

Então, fiquei envaidecida no sentido de me incluir numa luta tão nobre que é a da infância digna.

- 14. Onde está representada a importância do título no trabalho que se segue após a premiação?** O título é mais um estímulo para nos envolvermos com questões ligadas à infância e à adolescência. Como falei anteriormente, hoje trabalho como multiplicadora de informações sobre a temática dentro das redações, desenvolvo vários trabalhos nas faculdades de comunicação para ajudar na formação dos futuros jornalistas e estou sempre participando de eventos que tratam da questão.
- 15. Ao tratarmos da prática de premiar jornalistas por seu envolvimento e colaboração social, quais os pontos considerados positivos e negativos no processo?** O título não faz nenhum sentido se não despertar no agraciado o comprometimento com a causa. Neste sentido, a instituição que premia deve sim estabelecer critérios rígidos para escolher esse profissional e a partir daí oferecer subsídios para que ele possa despertar matérias jornalísticas ligadas ao social.
- 16. Em sua opinião, o prêmio “Jornalista Amigo da Criança” deve ser mantido? Sem dúvida. Os motivos são os citados anteriormente.**
- 17. O Brasil comemora em 2005 os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Você acredita que a legislação precisa ser revista? Alterações – como a redução da maioridade penal ou a proposta de aumento do período de internação para menores delinqüentes – devem ser consideradas?** Acho que o ECA é uma das leis mais avançadas do mundo em relação à criança e à adolescência. Agora, precisamos fazer com que essa lei seja respeitada, cumprida e que haja punição para quem não respeita. Isso sim. Acho que esse é o compromisso de qualquer cidadão brasileiro em relação ao Estatuto. Questões ligadas a redução da maioridade no Brasil, no momento, é complicadíssima. Se não há espaço nos presídios para receber os que já existem hoje, o que vamos fazer se aumentar esse contingente? E o tratamento que é dado nos presídios recupera os infratores atualmente?

Entrevista – Jornalista Amigo da Criança

Severino Francisco

1) *Quando a pauta é “criança e adolescente”, você sempre busca a ANDI?*

Não necessariamente. Mesmo porque sou autor do projeto do Jornal Radcal, que é uma referência no trabalho de comunicação com os adolescentes. E, na verdade, ele se transformou em mais do que um jornal, mas sim em um canal de educação, ensejando e desenvolvendo uma ampla gama de projetos na áreas da cultura, dos direitos humanos, mobilização de escolas da rede pública, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Esta circunstância transformou o Radcal em um canal importante de informação sobre os adolescentes. No entanto, sempre que busquei, encontrei na ANDI um núcleo competente e ágil de informações sobre a criança e o adolescente, principalmente quando essas questões estão ligadas aos Direitos Humanos.

2) *O que você pensa a respeito do trabalho desenvolvido pela instituição?*

É um trabalho sistematizado, profissional e competente. Os livros publicados pela Série Mídia e Mobilização Social são excelentes guias para uma nova agenda do jornalismo orientado para as questões sociais e os direitos humanos. Eles seriam um excelente material para alimentar uma nova consciência social nos cursos de jornalismo. São guias abrangentes, pois incluem, a um só tempo, a consultoria de pesquisadores universitários, base de dados sólida, debate sobre temas de urgência na agenda social, sugestões de pauta, guias de fontes. Em si mesmos, eles são verdadeiros cursos de jornalismo sob a ótica de uma nova agenda social. O jornalismo é uma atividade eminentemente social. E esta séria recupera esta dimensão social do jornalismo, numa perspectiva de uma agenda social avançada e inovadora. Infelizmente, não lemos nenhuma resenha sobre estes livros nos jornais e revistas brasileiras.

3) *Como você vê os métodos utilizados pela ANDI para pautar jornalistas?*

Tais métodos conseguem bons resultados? Precisam ser revistos?

Não me sinto à vontade para realizar uma avaliação muito abrangente, que envolvesse os jornalistas de uma maneira geral. Mas, no meu caso específico, a relação sempre foi muito boa e produtiva. Sempre que me interessei por uma pauta e busquei informações fui atendido com muita eficiência. Observaria apenas que as próprias pesquisas realizadas pela ANDI tem apontado para um enorme crescimento no interesse por pautas relacionadas aos direitos da Criança e do Adolescente. É inegável o mérito da ANDI na sensibilização das empresas e dos jornalistas para a agenda social ligada à questões da infância e da adolescência, em sintonia com conquistas do movimento social. Mas, me parece que o grande desafio seria dar um salto da quantidade rumo à qualidade da cobertura. É um desafio enorme e temos de reconhecer que a ANDI pode dar uma contribuição nesse sentido, mas evidentemente a responsabilidade por esta qualidade cabe às empresas e aos jornalistas.

4) *Porque você utiliza a ANDI como fonte de pautas e outras informações de cunho jornalístico?*

Porque encontro na agência informações confiáveis e competentes, com muita agilidade.

5) *Você acredita que o auxílio oferecido pela ONG encoraja jornalistas da área (jornalismo social) e de outras editorias ao interesse e à posterior dedicação ao jornalismo social?*

Sem dúvida, mesmo porque a ANDI desenvolve não apenas o auxílio para a realização de pautas, mas sim um conjunto de ações coordenadas (pauta, prêmios, cartas, publicação de livros, monitoramento, pesquisas) que acabam dignificando e influenciando positivamente os jornalistas. Como eu disse, esta influência está inclusive mensurada estatisticamente pelo aumento de matérias sobre a agenda da infância e da adolescência.

6) *Você conhece outras instituições no país capacitadas para o mesmo tipo de serviço?*

O sucesso da ANDI estimulou o surgimento de inúmeras outras iniciativas do gênero. E o mais interessante é que, ao invés dessa emergência promover um

processo de competição autofágica, muitas dessas novas agências se tornaram parcerias da ANDI e se fortaleceram neste processo.

7) *Você considera o jornalismo social um campo jornalístico de fato?*

Sem dúvida. Eu acho que inclusive a gente poderia inverter radicalmente a pergunta: será que o jornalismo sem relevância, consciência e função social é, de fato, jornalismo? O jornalismo tem uma característica contraditória: ele é um produto empresarial e, ao mesmo tempo, tem uma função pública inalienável. Todo o jornalismo tem significado e função social. Nem a revista Caras escapa deste destino. Historicamente, a imprensa escrita é indissociável de todas as lutas modernas de emancipação: Revolução Francesa, conquista dos direitos humanos, democracia, direitos de educação, emancipação da mulher, inovações no campo da cultura e dos costumes. Claro que isso sempre ocorreu de maneira contraditória, tensa, conflagrada. Agora é bom deixar claro que vocação social não é e nem deve ser sinônimo de dogmatismo, partidarismo, cegueira ideológica. Mesmo porque estes ingredientes costumam produzir não um jornalismo social de qualidade, mas sim um jornalismo burro, obscurantista, sectário, como tem sido, infelizmente, os jornais de partidos políticos, dominados por interesses corporativistas e não universalistas. O bom jornalismo social é indissociável de plena liberdade para discutir, especular, imaginar, polemizar sobre qualquer tema de todos os ângulos possíveis e impossíveis.

8) *Tal prática (a do jornalista social) tem gerado resultados positivos à sociedade?*

Com certeza, a prática do jornalismo social, por exemplo, em relação aos direitos das pessoas com deficiência tem contribuído não apenas para uma mudança no campo fluído das mentalidades, mas também no campo concreto da conquista dos direitos humanos e civis. Existe uma relação direta entre as distorções da mídia e as deformações da sociedade. E, da mesma maneira, há uma relação direta entre os avanços conquistados no campo dos meios de comunicação e no campo social. É claro que essa relação não é mecânica. Mas, evidentemente, os meios de comunicação se tornaram núcleos poderosos de produção de valores e mentalidades.

9) *O jornalismo social deve estar inserido em uma editoria específica para o assunto ou o tema é transversal?*

Não, todo o jornalismo é uma atividade de multiplicação e propagação de informação e valores, portanto, social. A questão é buscar um enfoque interessante.

10) *Existe competição entre jornalistas sociais – no que se entende por esconder informações para a publicação de grandes reportagens – ou, pelo contrário, há generosidade – disputa menos acirrada – quando a pauta é proteger crianças e adolescentes?*

No caso específico, acho que quando há uma verdadeira consciência sobre questões relacionadas a infância e adolescência, essa preocupação fica em segundo plano.

11) *Como é trabalhar questões sobre as quais grande parte dos indivíduos, a princípio, chega a um consenso – como o de que a criança deve receber um tratamento diferenciado, o de que a violência contra a infância deve ser interrompida, o de que a miséria e a desnutrição devem ser erradicadas)?*

Acho que o perigo é cair nas fórmulas prontas, no dogmatismo, no sectarismo. Essas características desservem à causa a qual pretendem promover. O jornalismo que serve efetivamente a causa da infância e da adolescência é o bom jornalismo: informado, livre, inteligente, destemido, polêmico, inventivo, apartidário, crítico e auto-crítico.

12) *O que você sentiu ao ser premiado como “Jornalista Amigo da Criança”?*

Eu jamais imaginava que pudesse ganhar um prêmio pelo trabalho que realizei no Radcal, por puro prazer, envolvimento e realização. Na época eu fiquei muito feliz. Mas, sinceramente, hoje me sinto incomodado em receber um prêmio pelo trabalho realizado a favor das crianças e dos adolescentes, pois a situação deles em nosso país é muito trágica, dramática, desesperadora.

13) *Onde está representada a importância do título no trabalho que se segue após a premiação?*

Trabalhar com temas sociais ligados à infância e a adolescência é uma pedreira e o título é um estímulo.

14) *Em sua opinião, o prêmio “Jornalista Amigo da Criança” deve ser mantido?*

Sim, mas eu penso que ele deveria ser mais seletivo. Ele acabou distinguindo jornalistas que tem uma atuação duvidosa em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, o que esvazia a sua credibilidade.

15) O Brasil comemora em 2005 os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Você acredita que a legislação precisa ser revista? Alterações – como a redução da maioridade penal ou a proposta de aumento do período de internação para adolescentes infratores – devem ser consideradas?

A questão e as implicações envolvidas na pergunta são graves e complexas. Percebo a propagação de uma sensação de impunidade entre os jovens. Mas a questão não será resolvida apenas com a redução da idade penal. Pois como todos nós sabemos as nossas cadeias são verdadeiras universidades do crime. Existem evidências de que, a medida em que é rebaixada a idade penal, o crime organizado passa a recrutar, cada vez mais, crianças menores. E, nessa escalada, de diminuição progressiva da idade penal, chegaríamos a responsabilização civil dos bebês. Com isso não se toca no essencial: as instituições com a responsabilidade de promover “medidas sócio-educativas” são verdadeiras universidades do crime. Enquanto isso, organizações não-governamentais como o Projeto Axé, de Salvador, Bahia, estão conseguindo reeducar e restaurar a dignidade de crianças e jovens considerados “irrecuperáveis”. O projeto Afroreagge, do Rio de Janeiro, é outra bela iniciativa no sentido de promover a auto-estima dos jovens e retirá-los da violência e do crime. O projeto sócio-educativo da Mangueira é outro exemplo alentador. Eu acho que estas experiências deveriam ser transformadas em políticas públicas para as crianças e os adolescentes. Ações como estas são muito mais eficazes do que qualquer iniciativa de reduzir a idade penal, especialmente dentro de um quadro de precariedade e corrosão que domina o sistema carcerário no Brasil. E, aliás, neste sentido, acho também que a ANDI está devendo ações no campo da cultura para crianças e adolescentes. Ela não realizou praticamente nada de relevante nesta área. E a cultura é um dos direitos assegurados pelas crianças e adolescentes.